



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

WESLEY GOMES PONTES

SENTIDOS DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: UM ESTUDO SOBRE OS JOVENS
DO MUNICÍPIO DE PALMÁCIA

FORTALEZA – CEARÁ
2022

WESLEY GOMES PONTES

SENTIDOS DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: UM ESTUDO SOBRE OS JOVENS
DO MUNICÍPIO DE PALMÁCIA

Dissertação apresentada ao Curso de
Mestrado Profissional em
Planejamento e Políticas Públicas do
Centro de Estudos Sociais Aplicados
da Universidade Estadual do Ceará –
UECE como requisito parcial à
obtenção do título de Mestre em
Planejamento e Políticas Públicas.
Área de concentração: Planejamento e
Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Emanuel Freitas da
Silva.

FORTALEZA – CEARÁ

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Estadual do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Pontes, Wesley Gomes.

Sentidos da participação política: um estudo sobre os jovens do município de Palmácia [recurso eletrônico] / Wesley Gomes Pontes. - 2022.
98 f. : il.

Dissertação (MESTRADO PROFISSIONAL) -
Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Curso de Mestrado Profissional Em Planejamento E Políticas Públicas - Profissional, Fortaleza, 2022.

Orientação: Prof. Dr. Emanuel Freitas da Silva.

1. Juventudes. 2. Participação. 3. Política.
I. Título.

WESLEY GOMES PONTES

SENTIDOS DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: UM ESTUDO SOBRE OS JOVENS
DO MUNICÍPIO DE PALMÁCIA

Dissertação apresentada ao Curso de
Mestrado Profissional em
Planejamento e Políticas Públicas do
Centro de Estudos Sociais Aplicados
da Universidade Estadual do Ceará –
UECE como requisito parcial à
obtenção do título de Mestre em
Planejamento e Políticas Públicas.
Área de concentração: Planejamento e
Políticas Públicas.

Aprovada em: 11/07/2022

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Emanuel Freitas da Silva (Orientador)
Universidade Estadual do Ceará – UECE



Prof.^a Dr.^a Camila Holanda Marinho
Universidade Estadual do Ceará – UECE



Prof.^a Dr.^a Monalisa Lima Torres
Universidade Estadual do Ceará – UECE

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela vida e pelas bênçãos derramadas em meus caminhos.

À minha mãe Elany, o ser humano mais incrível desse mundo, agradeço o amor, confiança e por ser meu maior exemplo e inspiração.

Ao meu pai Antonisio, por ser minha representação de coragem e força.

À minha companheira de vida, Rute, por estar sempre ao meu lado, me incentivando, acreditando no meu potencial e construindo junto comigo um futuro repleto de amor e cumplicidade.

À minha irmã Elaine, que mesmo com todas as nossas diferenças, sempre se fez presente nos momentos difíceis.

Às minhas tias Geni e Diva, pelo cuidado e carinho e por serem minhas segundas mães.

À minha colega Renata, pela parceria desde o momento da seleção do Mestrado Profissional e pela amizade sincera construída para toda a vida.

Aos jovens do Grêmio Estudantil das Escolas Maria Amélia, Giselda Teixeira e Casulo e do Movimento Eucarístico Jovem de Palmácia por terem aceitado participar da pesquisa.

Às professoras Camila e Monalisa, pelas grandes contribuições ao trabalho desde o momento da qualificação até a defesa.

E em especial ao professor Emanuel Freitas, pelo conhecimento repassado, por toda atenção e disponibilidade.

RESUMO

Compreender o que pensam os jovens membros do Grêmio Estudantil da Escola Maria Amélia Perdigão Sampaio, do Grêmio Estudantil da Escola Estadual de Ensino Profissionalizante Giselda Teixeira, da Escola de Artes Casulo e do Movimento Eucarístico Jovem acerca da política e da participação política no município de Palmácia e, de modo específico, comparar o entendimento dos jovens acerca do conceito de participação e analisar o papel da internet no processo participativo foram os principais desafios do corrente estudo. Quanto aos aspectos metodológicos, ressalta-se que se realizou uma pesquisa bibliográfica; quanto aos fins, a pesquisa adotou um caráter descritivo e exploratório e abordagem quali-quantitativa. Em relação ao instrumento de coleta de dados, lançou-se mão do questionário eletrônico, sendo disponibilizado por intermédio da ferramenta Google Forms e compartilhado por meio das redes sociais (WhatsApp e Instagram) e das entrevistas semiestruturadas. Sobre a técnica de análise dos dados, fez-se uso da estatística descritiva, por meio da distribuição de frequência para análise dos questionários e da análise de conteúdo para as entrevistas. Os resultados revelaram que os jovens possuem uma perspectiva ainda direcionada à política e à participação política com a finalidade eleitoral, além de não disporem de uma forte interação com os mecanismos de participação governamentais, como os conselhos gestores, audiências públicas e orçamento participativo. Por outro lado, embora os jovens tenham afirmado não participar dos mecanismos acima citados, identificou-se que eles tiveram contato com formas não institucionalizadas de participação política, como é o caso das manifestações políticas de rua. Percebeu-se que a ideia de política entre os membros é bastante heterogênea, mas de maneira geral, os jovens ligados ao Grêmio Estudantil da Escola Maria Amélia Perdigão Sampaio e os membros da Escola de Artes Casulo possuem um maior contato com a pauta, assim como um maior percentual de mobilização. Verificou-se que a maioria dos jovens afirmou que não havia se manifestado politicamente nas redes sociais, no entanto, acredita que a internet pode auxiliar, de alguma forma, as juventudes no alcance de seus objetivos, ao entendê-la como uma ferramenta importante para comunicação e informação. Por fim, evidenciou-se a necessidade de que outras pesquisas possam ser realizadas, em diferentes contextos, com o propósito de se estimular o debate a respeito das distintas juventudes que compõem o Brasil e, assim, contribuir com a formulação de políticas públicas que possam atender suas verdadeiras necessidades e expectativas.

Palavras-chave: Juventudes. Participação. Política.

ABSTRACT

Understanding what young members of the Student Council of Maria Amélia Perdigão Sampaio School, the Student Council of Giselda Teixeira State School of Vocational Education, Casulo School of Arts and the Young Eucharistic Movement think about politics and political participation in the municipality of Palmácia and, specifically, comparing young people's understanding of the concept of participation and analyzing the role of the Internet in the participatory process were the main challenges of this present study. As for the methodological aspects, it is worth mentioning that a bibliographic research was carried out; as for the purposes, the research adopted a descriptive and exploratory character and a qualitative-quantitative approach. Regarding the data collection instrument, an electronic survey was used, being made available through Google Forms tool and shared through social networks (WhatsApp and Instagram) and semi-structured interviews. About the data analysis method, descriptive statistics were used through the frequency distribution for the analysis of the surveys and the analysis of the content for the interviews. The results revealed that those young groups have a perspective still focused on politics and political participation for the purpose of elections, in addition to not having a strong interaction with government participation mechanisms, such as managing councils, public hearings and participatory budgeting. On the other hand, although those groups stated that they have never had any participation in the aforementioned mechanisms, it was identified that they had contact with non-institutionalized forms of political participation, such as political street demonstrations. It was noticed that the idea of politics among the groups' members is quite heterogeneous, but in general, the members linked to the Student Council of Maria Amélia Perdigão Sampaio School and the members of Casulo School of Arts have a greater contact with the agenda, as well as a higher percentage of mobilization. It was found that most of them said they had never expressed themselves politically on social networks, however, they believe that the Internet can help, in some way, youth groups in achieving their goals, understanding it as an important tool for communication and information. Finally, the need for other studies to be carried out, in different contexts, was evinced, with the purpose of stimulating the debate about the different youth groups that form Brazil, and thus contributing to the formulation of public policies that can meet their true needs and expectations.

Keywords: Youth. Participation. Politics.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Confiança dos jovens nas instituições.....	23
Gráfico 2 - Sexo	60
Gráfico 3 - Escolaridade	61
Gráfico 4 - Renda.....	62
Gráfico 5 - Zona	62
Gráfico 6 - Cor	63
Gráfico 7 - Grupos.....	64

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Idade dos participantes	60
Tabela 2 - Com qual frequência o grupo que você participa estimula reflexões a respeito do cenário político atual?	64
Tabela 3 - Com qual frequência o grupo que você participa/ realiza alguma mobilização com objetivos voltados ao interesse comum dos participantes?	65
Tabela 4 - Para você, o que é participar politicamente?	67
Tabela 5 - Você conhece alguma prática da prefeitura que visa incluir os jovens nos processos decisórios?	69
Tabela 6 - Você acha que a prefeitura está aberta a ouvir as demandas/ pautas/reinvindicações da juventude?	69
Tabela 7 - Você se considera um cidadão preocupado com as questões políticas do seu município?	71
Tabela 8 - Você já participou de algum conselho municipal?	74
Tabela 9 - Você participaria de algum conselho municipal?	75
Tabela 10 - Você já participou de alguma audiência pública?	75
Tabela 11 - Você participaria de alguma audiência pública?	76
Tabela 12 - Você já participou da elaboração do orçamento público do seu município?	76
Tabela 13 - Você participaria da elaboração do orçamento público do seu município?	77
Tabela 14 - Você já participou de alguma manifestação política?	77
Tabela 15 - Você participaria de alguma manifestação política?	78
Tabela 16 - Você se filiaria em algum partido político?	79
Tabela 17 - Você já utilizou as redes sociais para manifestar sua indignação ou manifestar-se politicamente no que se refere às questões no seu município?	82
Tabela 18 - Você acha que a internet pode auxiliar, de alguma maneira, a participação da juventude nos debates políticos?	83

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	TRABALHANDO O CONCEITO DA JUVENTUDES.....	15
3	APONTAMENTOS SOBRE PARTICIPAÇÃO E CULTURA POLÍTICA.....	27
3.1	Mobilizações das juventudes na cena política	43
4	CONHECENDO PALMÁCIA E OS SUJEITOS DA PESQUISA.....	56
4.1	Caracterização do perfil dos jovens	59
4.2	Compreensões sobre política e participação política: como se posicionam os jovens?	64
4.3	Interações com as formas de participação política	74
4.4	Internet no processo de participação: qual o papel atribuído?	82
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
	REFERÊNCIAS.....	90
	APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO ...	96
	APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO	97
	APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA	98

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação versa sobre os sentidos da participação atribuídos por um grupo social, plural e diverso, que ao longo das décadas exerceu influência e estimulou debates e reflexões importantes e necessárias no cenário nacional: as juventudes. Buscou-se analisar a concepção de participação política dos jovens do município de Palmácia/CE, tendo como ponto de partida o seguinte questionamento: qual a compreensão que um conjunto de jovens desse município possui sobre participação política?

É importante indicar, nesse momento, que a relevância do estudo se dá no sentido de possibilitar o entendimento acerca de como o jovem atua na conjuntura sociopolítica da esfera local, com o propósito de, assim, realizar ponderações a respeito dos impactos do tema em suas vidas e de que maneira é percebido. Além de representar, ainda, um desejo do pesquisador em fomentar a discussão a respeito do seu município de origem, em que residiu desde sua infância, mas que teve que partir aos 17 anos, para cursar o ensino superior e buscar novas oportunidades. Algo comum entre os jovens, dado que são limitadas as alternativas de estudo e trabalho na cidade de Palmácia.

Nesse sentido, entender como esses jovens articulados em diferentes grupos de segmentos distintos se colocam na cena político-participativa e que, de alguma forma, podem auxiliar no processo de mudança e atendimento das suas demandas/reivindicações. Diante disso, foi possível pensar como objetivo geral o seguinte: compreender o que pensam os jovens acerca da política e da participação política em seu município; e, complementarmente, comparar o entendimento dos jovens dos diferentes grupos estudados acerca do conceito de participação e analisar o papel da internet no processo participativo. Destaca-se que a coleta dos dados foi desenvolvida no período de janeiro a fevereiro de 2022, ano de eleições nacionais, que embora não exerçam o mesmo impacto que as eleições municipais, especialmente no interior, torna-se importante evidenciar o período temporal em que foi construído o texto, uma vez que os achados da pesquisa podem, de alguma forma, receber influência em razão de se estar em um ano que ocorrerão eleições. Importa frisar que possivelmente se o estudo tivesse sido realizado no momento ainda mais próximo ao da campanha eleitoral, os dados poderiam ter sofrido

alterações, uma vez que em razão deste os jovens poderiam estar mais suscetíveis a discussão, reflexão e atuação política.

Inclusive, no tocante ao tema das eleições vale destacar a campanha realizada recentemente pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE, que recebeu apoio da classe artística nas mídias digitais para estimular jovens de 16 e 17 anos a se inscreverem para retirada do título de eleitor no ano de 2022, uma vez que a taxa de inscrição foi a menor nos últimos anos, demonstrando, assim, um possível distanciamento dos jovens no que se refere a participação nas eleições. Dessa maneira, percebeu-se a recorrência da discussão do tema em ênfase, se levarmos em consideração que tal atitude pode significar sobre como o jovem vem interagindo e percebendo as questões políticas.

Quanto ao percurso metodológico, assumiu-se, de modo inicial, a realização de uma pesquisa de caráter bibliográfico, por meio da discussão de autores capazes de auxiliar na construção de uma base conceitual sólida, bem como para o estabelecimento de um contato com o que já se produziu acerca do tema trabalhado. A partir de Fonseca (2002), entende-se que todo estudo científico tem seu início com a realização de uma pesquisa bibliográfica, para que o pesquisador conheça e se familiarize com os trabalhos já realizados. Quanto à abordagem, o estudo enquadra-se como quali-quantitativo e, quanto aos fins, como descritivo e exploratório.

Em relação ao instrumento para coleta de dados, fez-se uso do questionário fechado, que, conforme Gil (2008, p. 123), “pede-se aos respondentes para que escolham uma alternativa dentre as que são apresentadas numa lista. São as mais comumente utilizadas, porque conferem maior uniformidade às respostas e podem ser facilmente processadas”. Inicialmente foi estabelecido contato com representantes dos grupos citados, por meio da ferramenta WhatsApp, no qual foi apresentada a pesquisa e seus objetivos. Posteriormente se enviou o link, por meio da mesma ferramenta, aos integrantes do Grêmio Estudantil da Escola Maria Amélia Perdigão Sampaio e aos da Escola Estadual de Ensino Profissionalizante Giselda Teixeira, ficando disponível por intermédio da ferramenta Google Forms, de 10 de janeiro de 2022 a 10 de fevereiro de 2022. Para os membros da Escola de Artes Casulo e do Movimento Eucarístico Jovem - MEJ também foi estabelecido um contato primário e, posteriormente, marcado um encontro na Escola de Artes Casulo e outro na Igreja Matriz da cidade para que fossem respondidos os questionários. No

momento também foram realizadas as entrevistas com dois jovens de cada um dos grupos, selecionados por conveniência. Vale destacar que em relação aos membros dos Grêmios Estudantis todo o procedimento de respostas aos questionários e entrevistas foi realizado de forma remota, dado que os estudantes estavam no período de férias, o que impossibilitou o encontro presencial.

A escolha do instrumento se deu em razão da facilidade para captação de dados, alinhada a uma perspectiva de que se tem hoje uma dificuldade de se escrever sobre as temáticas, percebida nas respostas obtidas por intermédio do questionário de pré-teste. O que poderia de alguma forma comprometer a compreensão e análise do que aqui está se estudando. Contudo, evidencia-se que para análise dos dados obtidos por meio do questionário fez-se uso da estatística descritiva, de modo específico, por meio da distribuição de frequência, no qual se teve a representação realizada por intermédio de gráficos e tabelas construídas por meio do software Statistical Package for the Social Science - SPSS.

Para obter respostas mais subjetivas sobre os temas trabalhados no presente estudo e assim construir análises mais próximas às realidades observadas, visualizou-se a necessidade da realização de entrevistas semiestruturadas com dois participantes de cada um dos grupos estudados. Conforme Gil (2002), com a utilização da entrevista pode-se obter dados com maior profundidade a respeito do comportamento humano, além de serem passíveis de serem classificados e quantificados. Como técnica para análise desses dados, optou-se pela análise de conteúdo segundo Bardin (1977), em uma perspectiva descritiva, correlacional e interpretativa. A escolha de tal técnica se deu em razão de se ter a oportunidade de realizar análises mais dinâmicas das falas dos entrevistados, agrupando-as em categorias estabelecidas e realizando correlações com a literatura consultada.

Salienta-se que para efeito de organização na seleção dos participantes, foram adotados os seguintes critérios: jovens compreendidos na faixa etária de 15 a 29 anos, assim definidos pelo Estatuto da Juventude, que fossem membros de algum dos grupos que compunham o objeto de estudo, a saber: dois grupos de jovens pertencentes a grêmios estudantis. De um lado, membros da Escola Estadual de Ensino Médio Maria Amélia Perdigão Sampaio, escola de ensino regular, localizada na zona urbana da cidade, fundada no ano de 1983 e responsável pela formação da maioria dos palmacianos. Do outro, a Escola Estadual de Educação Profissional Giselda Teixeira, fundada no ano de 2017, que recebe jovens do

município de Palmácia, Pacoti e Guaramiranga, com o objetivo de formar profissionais nas áreas de turismo, administração, redes de comunicação e segurança do trabalho. Outro grupo de jovens pertence à Escola de Artes Casulo, que iniciou suas atividades no ano 2000 e oferta aulas de música, teatro e dança. Para o presente trabalho foram selecionados apenas os alunos da modalidade de música, tendo em vista que foi a única que estava ativa, por razão do momento pandêmico vivenciado. Por último, temos o grupo de participantes do Movimento Eucarístico Jovem - MEJ, presente no município desde o ano de 2016, ligado à Igreja Católica, sendo uma ramificação juvenil do Apostolado da Oração, com finalidade específica de propagar os ensinamentos de Jesus, por meio do Evangelho e de práticas cristãs.

Para tanto, o trabalho foi estruturado em seções, a iniciar por esta introdução, na qual são realizados os apontamentos iniciais sobre o objeto de pesquisa do estudo e são apresentados os caminhos metodológicos utilizados; posteriormente, tem-se uma discussão conceitual a respeito das juventudes com base na literatura especializada. Logo após, encontra-se um debate sobre participação e cultura política. Adicionalmente, a seção seguinte é dedicada a contextualização sobre o município de Palmácia e uma caracterização do perfil dos jovens participantes. Prosseguindo, tem-se as compreensões dos jovens a respeito da política e da participação política. Após isso trabalham-se as interações dos jovens com as formas de participação política e depois uma discussão sobre a internet e as redes sociais e suas influências no campo da participação. Por fim, são realizadas as considerações finais do estudo e sugestões para pesquisas futuras.

2 TRABALHANDO O CONCEITO DE JUVENTUDES

“É você que ama o passado e que não vê
Que o novo sempre vem. Hoje eu sei que quem
me deu a ideia de uma nova consciência e
juventude, tá em casa guardado por Deus
contando o vil metal”

(BELCHIOR, 1976).

O cantor e compositor Belchior (1946-2017), em sua canção “como nossos pais”, nos fala de um passado não tão distante e nos faz refletir sobre o presente, questionar o nosso papel e ressignificar aquilo que acreditamos. A canção, escrita em meio a um período da história do Brasil marcado pela perda de direitos, pela repressão política e da liberdade de expressão, alerta a juventude sobre a sua atribuição e a encoraja a lutar, a não perder a esperança e se colocar diante das questões que impactam suas vidas. Mas, afinal, o que se entende por juventude? Essa é uma pergunta que se coloca no debate e se apresenta como o primeiro desafio a ser enfrentado nesse texto. Para isso, realizar uma investigação do que vem sendo discutido na literatura é um exercício necessário, e que nos dispusemos a realizar nesta pesquisa.

A Sociologia da Juventude, segundo Pais (1990), produziu duas principais correntes acerca do tema; a teoria geracional e a teoria classista. A primeira realiza análises da juventude como um conjunto de indivíduos que estão no mesmo período etário, pensando-os de maneira única, como um todo, não enxergando as particularidades. Tal corrente comporta o entendimento de que em toda e qualquer sociedade existe a presença de inúmeras culturas que podem ser consideradas dominantes ou dominadas, e se desenrolam na estrutura de um sistema dominante de valores. O autor aponta que a questão que se coloca no centro de discussão dessa corrente se refere, na verdade, à continuidade e descontinuidade desses valores, considerados intergeracionais.

Já para a segunda corrente, a compreensão se dá de outra forma, na medida em que entende e analisa a juventude por meio da associação da ideia de diversidade, especialmente pela origem das classes sociais. Nesse sentido, “[...] a reprodução social é fundamentalmente vista em termos da reprodução das classes sociais. Por esta razão, os trabalhos desenvolvidos na linha desta corrente são, em

geral, críticos em relação ao conceito mais vulgar de juventude” (PAIS, 1990, p. 157). Sigamos com o balanço.

Abramo (1997) pontua que a sociologia funcionalista compreende a juventude como categoria de análise sob a percepção dela como um momento de passagem, de modificação no ciclo da vida, da infância para a maturidade. Esse momento, segundo a autora, diz respeito a uma experiência problemática no que se refere à reflexão do processo de socialização dos indivíduos, ao passo em que eles começam a ser compreendidos dentro da sociedade a partir da apropriação de funções classificadas como “de adultos”. Haveria, pois, um choque na medida em que não se sabe ao certo o lugar que o jovem ocupa durante esse momento, uma vez que suas atitudes não podem ser analisadas como as de uma criança, nem tampouco como as de adulto. Desse modo, o indivíduo está em preparação para se consolidar como um sujeito social e, assim, exercer as atribuições para as quais passou a estar capacitado por meio de valores e comportamentos apreendidos.

Por sua vez, Bourdieu (1983), ao tratar das separações existentes entre as faixas etárias, considera a existência de uma complexidade ao citar as relações entre a idade social e a idade biológica. Ele cita que comparando os jovens de distintos segmentos da classe dominante é possível observar que quanto mais próximos do poder mais terão características de “adultos”, de “velhos”. Nesse sentido, a idade é compreendida como um dado biológico passível de ser manipulado, na medida em que ao se referir aos jovens como uma unidade e um grupo em que os interesses são compartilhados, realizando uma vinculação direta ao fator idade, acaba-se tendo uma manipulação. Dessa maneira, o sociólogo sugere a necessidade de se analisar as diferenças inerentes às juventudes.

Conforme aponta Groppo (2013), amparado nas ideias de Margulis e Urresti, havia uma dificuldade de definir as limitações das faixas etárias. A dificuldade se justificava pela pluralidade das juventudes, embora regidas por determinadas concepções, como a moratória social, período da vida em que se tem a possibilidade de adiar “exigências” sociais, como o emprego, casamento, filhos. Sobre a definição de juventude se “reconhece a centralidade da experiência da moratória social, a qual certa época histórica, certos lugares e certas classes sociais puderam oferecer aos seus adolescentes, que viveram então a condição juvenil” (GROPPO, 2013, p. 55). A época citada se refere ao século XIX, os lugares, a Europa e EUA, enquanto as classes, especificamente as elites e posteriormente as

classes médias. Dessa maneira, entende-se que a condição do jovem sob a ótica da moratória social foi e se mantém presente como desigual, a partir de aspectos como gênero, classe e etnia.

A partir dos autores supracitados, se faz necessário refletir sobre os vários grupos, de diferentes perspectivas e realidades sociais. Embasamos este estudo na perspectiva que compreende a existência de uma pluralidade, de juventudes que possuem contextos distintos com demandas particulares. Sendo assim, a presente dissertação está apoiada na definição de juventude de Gilberto Velho, que sinaliza a necessidade de tratá-la como plural, significando assim, reconhecê-la como uma categoria social de grande complexidade e heterogênea. Além de que,

há várias maneiras de “ser jovem”, como também de “ser velho”, sem esquecer que essas próprias classificações não são dadas, e sim fenômenos socioculturais. No caso da nossa sociedade, apenas para exemplificar, basta pensar nas nebulosas fronteiras entre infância e adolescência, adolescência e juventude, juventude e maturidade, maturidade e velhice. Todas essas categorias e sua duração são discutíveis e sujeitas a constantes revisões, redefinições e reinterpretações (VELHO, 2006, p. 194).

Assume-se que a concepção de juventude produzida por Gilberto Velho está direcionada à compreensão das variadas formas de ser jovem e das especificidades que o termo significa em distintos contextos. O autor também sugere a discussão sobre as trajetórias sociais; para tanto, considera que alguns aspectos devem ser levados em consideração para o debate sobre tal problemática, como a relação do jovem com a família, uma vez que essa relação se torna fundamental para a construção da identidade. Cita-se, ainda, a inserção do jovem no sistema escolar, o conhecimento da sua sexualidade, os vínculos e interações sociais, assim como inserção no mercado de trabalho, dentre outros aspectos que são envolvidos no processo de construção social das juventudes.

Alinhando-se a essa perspectiva, Souza e Paiva (2012) indicam que não há um entendimento único e abrangente que seja capaz de definir e apontar o grupo geracional em que o jovem está incluso, tendo em vista que essa categoria tem como particularidade o fato de estar em contínuo processo de estruturação, quer na perspectiva social, quer na perspectiva histórica. Para atender esse aspecto é que se tornou possível tratá-la em um sentido plural, juventudes.

Segundo Diógenes (2012), quem estuda a juventude precisa necessariamente ter a capacidade de decifrá-la. Isso se justifica por tal conceito ser “[...] uma condição que mais se define por suas práticas, por suas formas diversas de atuação e de experimentação do que mesmo por conceituações e referenciais estáveis e fixos” (DIÓGENES, 2012, p. 104).

Seguindo nessa perspectiva, discutir a respeito das juventudes envolve transitar em um lugar de conceituação ambígua. Considerando-as, assim, como uma categoria social, ao levar-se em conta o entendimento em que as colocam como um intervalo entre a infância e a vida adulta, especialmente no que se refere ao final do século XIX, e de forma mais marcante, aos primeiros anos do século posterior. Complementar a isso, Diógenes (2012, p. 104) pontua que o exercício de “[...] registro acerca de sua condição e de seus modos de atuação deve ter como referenciais as práticas, os movimentos e as esferas de sociabilidade juvenil, muito embora o senso comum continue representando a juventude de modo negativo”.

Sobre esse modo negativo, especialmente no que se refere aos seus estereótipos e afins, a autora acredita que ele leva a dilemas e variações, embora não os especificando, pode-se vincular tal prática ao estímulo das generalizações das figuras dos jovens. Segundo ela, o debate acerca da juventude e a criação de uma agenda temática em uma perspectiva de políticas públicas perpassou as décadas finais do século XX e o início do século XXI em dois aspectos: como oráculo e em outro como enigma. Para exemplificar a relação, a autora salienta que a construção de esferas e fóruns públicos embasou novos indicadores de desafios para a construção de políticas públicas de juventude. Nessa lógica, se pondera a existência de um consenso em que se tinha como premissa o desvendamento da condição do jovem seria capaz de oportunizar o desenvolvimento de política públicas de cunho universal com diferentes frentes de atuação, o que seria para a autora o centro do oráculo. A juventude se apresentou como enigma quando anunciou sua presença dentro da esfera estatal e se colocou como uma extensão das tensões sociais, na medida em que estimulou uma sensação de vazio na compreensão de suas variadas dimensões, não se deixando esgotar pelas suas facetas socioculturais.

Nesse contexto, acredita-se que esses são os componentes que de alguma forma podem ter estimulado a criação de um abismo entre o que se entende como âmbito das demandas desses atores sociais e aquilo que está relacionado às

políticas públicas e, em especial, a sua agenda. Com efeito, Novaes (2009) afirma que as diferentes fases da vida, como infância, juventude, maturidade e velhice, tiveram seu surgimento no campo das ciências, de maneira mais específica, na Biologia, Medicina e Psicologia. Tendo isso como base, é importante atentar que a diferenciação entre esses períodos foi entendida como algo natural, uma vez que se visualiza como certo a existência de uma cronologia, que marca claramente o início e término de cada uma dessas fases.

Somando-se a isso, Novaes (2009, p. 10) discorre que “[...] as definições de juventude não estão isentas de contradições históricas presentes nas sociedades capitalistas, com suas disputas políticas, velhas e novas desigualdades sociais”. A partir de cada espaço, de cada momento histórico, as sociedades terão uma definição para as juventudes, bem como o que de fato espera que elas possam fazer.

Novaes acredita que dada a sociedade em que vivemos, marcada de forma notória pelo consumo, pelo processo de globalização, os jovens vivem sob determinadas concepções que são, de modo bastante claro, opostas à juventude. Indivíduos, assim como organizações, produzem adjetivos para se referirem a juventude – aqui evidenciada em sua forma mais ampla –, e daí se amplia e se reafirma um importante e necessário objeto de estudo para a Sociologia. Ademais, se coloca em discussão a necessidade de se entender o significado de ser jovem. Com o propósito de aprofundar esse aspecto, a autora acredita que a juventude esteja no centro da sociedade contemporânea na medida em que é criticada de maneira bastante evidente. A respeito dessa afirmação, ela indica:

De um ângulo, a juventude hoje é vista como a expressão do bem. Seu valor simbólico positivo se expressa através da valorização da beleza, da saúde, da coragem, da capacidade de indignação. Todos querem permanecer jovens. Fisicamente, procura-se adiar o envelhecimento. Mentalmente, busca-se permanecer “jovem de espírito”. De outro ângulo, a “juventude” também é vista como o lugar privilegiado para a expressão de todo mal-estar social. Provoca inquietações e evoca “problemas sociais” tais como violência, ócio, desperdício e irresponsabilidade (NOVAES, 2009, p. 11).

A afirmativa revela diferentes compreensões acerca da representação do jovem, tocando em atributos que seriam considerados como positivos e aspectos relacionados a algo negativo. Ao referir-se a tais modos, a autora sinaliza que, ao se direcionar a juventude, os preconceitos se colocam em ênfase e estão muitas vezes

relacionados às visões, às projeções que são realizadas, tendo a juventude como futuro da sociedade, e, portanto, detentora de expectativas. Nesse cenário, as aflições e as angústias que permeiam as diferentes gerações se fazem presentes, quer na esfera privada ou na pública.

Para Marinho (2016), a condição de jovem denota uma variedade de pertencimentos, quer sejam culturais, sociais e institucionais, podendo ser momentâneos, mas na perspectiva da autora, são fundamentais para a formulação de uma concepção a respeito do jovem. A socióloga considera que para entender os aspectos relacionados à juventude, no que se refere à contemporaneidade, marcada por crises, importa verificar “como os jovens em seus contextos vivenciais cotidianos, estabelecem interações sociais construídas a partir de pensamento, de percepção e de ação” (MARINHO, 2016, p. 296). A partir dessa perspectiva, tem-se um distanciamento da observância das juventudes como um conceito vinculado estritamente à idade.

Na mesma linha, Gohn (2018) defende que a ideia de juventude surge na cena sociológica por meio de dois eixos: o primeiro diz respeito à vinculação a uma faixa etária não especificada, e que possui uma orientação voltada às questões vivenciadas de uma determinada fase da vida. O segundo, no entanto, está relacionado às questões econômicas, sociais e culturais, marcadas especialmente pela categoria classe social.

Gohn (2018) relata que ao longo dos anos a juventude foi tratada pela literatura destacando-se seus atributos positivos como inovação e criatividade, além da capacidade de produção de mudança social, mas também enfatizando-se os problemas vinculados à idade, seus comportamentos e suas vulnerabilidades. Raramente, segundo a autora, os jovens foram pauta de estudos focalizando em seu caráter político, transformador. No entanto, possivelmente em razão do contexto de globalização, a socióloga percebe que na atualidade os jovens podem ser objeto de estudo a partir de seus papéis sociais, como estudantes e criadores de artes nos seus mais variados aspectos. A autora acredita, ainda, que esse contexto direciona de forma específica ao tema dos coletivos e dos movimentos sociais. Dessa maneira, ela entende que o mundo está vivenciando um novo período de ações coletivas que se caracterizam como novas formas de mobilização com diferentes conjunturas econômicas e políticas, embora com consequências muito próximas àquelas obtidas na década de 1960, na qual se teve uma explosão do povo nas ruas

e repressão, especialmente com o advento da ditadura militar. Se reportando ao hoje, e em especial a respeito da internet, Gohn salienta que: “o uso da internet é um dos principais elementos de diferenciação, pois, de um lado, ela tem revolucionado a forma de a sociedade civil se comunicar, e, de outro, a forma de os indivíduos interagirem” (GOHN, 2018, p. 119).

A internet, pois, é tida como uma propulsora de informação, embora antes isso fosse de domínio de alguns grupos sociais. Gohn afirma que a “[...] seleção, focalização e decodificação dessa informação é feita não apenas pelos indivíduos isolados: há uma pluralidade de atores e agentes disputando a interpretação e o significado dos fatos e dados” (GOHN, 2018, p. 119). É nesse momento, segundo ela, que especialmente três elementos entram em discussão: redes sociais, coletivos e movimentos sociais; elementos estes detentores de poder no processo de construção da opinião pública, uma vez que tal poder tem como característica marcante o fato de se estender para além do que se entende por mobilização. Dessa maneira, percebe-se a internet como fator de modificação no que diz respeito à formação, articulação e a maneira como os coletivos trabalham e põem suas demandas em pauta.

Ainda sobre a internet, Morais e Baquero (2018) afirmam que na década passada se tornaram recorrentes as indagações e as necessidades por uma sociedade em que se pudesse ter mais igualdade e inclusão, sendo essas inquietações operacionalizadas e divulgadas por intermédio dessa ferramenta digital. Os autores consideram que a internet tem se consolidado a cada dia como uma dimensão suscetível à construção de identidades coletivas, além de possibilitar um novo canal de comunicação entre o Estado e a sociedade. Sobre os principais usuários, destacam-se os jovens, em razão da descrença que eles possuem em relação aos modos tradicionais de participar politicamente. A partir disso é que se passou a utilizar novos modos de participação com o intuito de se reivindicar modificações estruturais.

Com efeito, refletindo acerca da apatia dos jovens aos mecanismos de participação política, o Instituto Data Popular¹, no ano 2014, em pesquisa publicada na revista *Isto É*, revelou dados em demasia relevantes, ao apontar que dentre os

¹ O que jovens pensam sobre política. Pesquisa Data Popular revela que a juventude brasileira é mais informada que seus pais e tem peso nas eleições. Disponível em: https://istoe.com.br/380009_O+QUE+OS+JOVENS+PENSAM+SOBRE+A+POLITICA/. Acesso em: 15 mar. 2021

3.500 jovens entrevistados, 63% assinalaram que o Brasil não estaria no rumo certo, 92% afirmaram acreditar na capacidade individual de alterar o mundo, 70% têm a consciência de que o voto pode modificar a realidade brasileira e 80% viam a política como elemento fundamental do cotidiano. Complementarmente, quatro em cada dez jovens, admitiam entender sobre política. Por outro lado, 59% dos jovens tinham a concepção que se não houvesse partidos políticos, a situação do País estaria melhor.

Ao tocar-se no ponto em que se refere à aversão que os jovens possuíam quanto aos modos convencionais de participação e as instituições públicas, um levantamento do Tribunal Superior Eleitoral² confirmaria a ideia. Os dados apontaram que os jovens compreendidos na faixa etária de 16 a 24 anos representam cerca de 13,28% do total dos eleitores brasileiros. No entanto, apenas 1,86%, o que representam um número de 302.501 pessoas, são filiados a partidos políticos. A filiação se dá especialmente nos seguintes partidos políticos: Unidade Popular (UP), com cerca de 35,8%, seguido do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), com 10,1%, e por fim, Rede Sustentabilidade (Rede), com 7,4%. A partir dos dados apresentados pode-se colocar em pauta: o que influencia essa baixa filiação? Por qual razão os jovens não percebem nos partidos políticos uma forma efetiva de se colocar diante das pautas públicas e lutar por aquilo que acreditam?

Pode-se recorrer a Tomizaki e Daniliauskas (2018) para entender essa problemática. Os autores abordam que as pesquisas e os teóricos atuais defendem a ideia de que os jovens são vistos como desinteressados pela política, assim como demonstram, também, uma certa desilusão perante a política tradicional, aos seus mecanismos de participação, assim como aos partidos e as eleições. Importante destacar que a problemática referente à política tradicional se vincula, especialmente, à falta de engajamento dos jovens em partidos políticos, sindicatos, assim como movimentos sociais. Como forma de exemplificar o distanciamento dos jovens no que se refere à política, vale lembrar da recente campanha lançada pelo TSE no ano de 2022, direcionada aos jovens de 16 e 17 anos para incentivar o

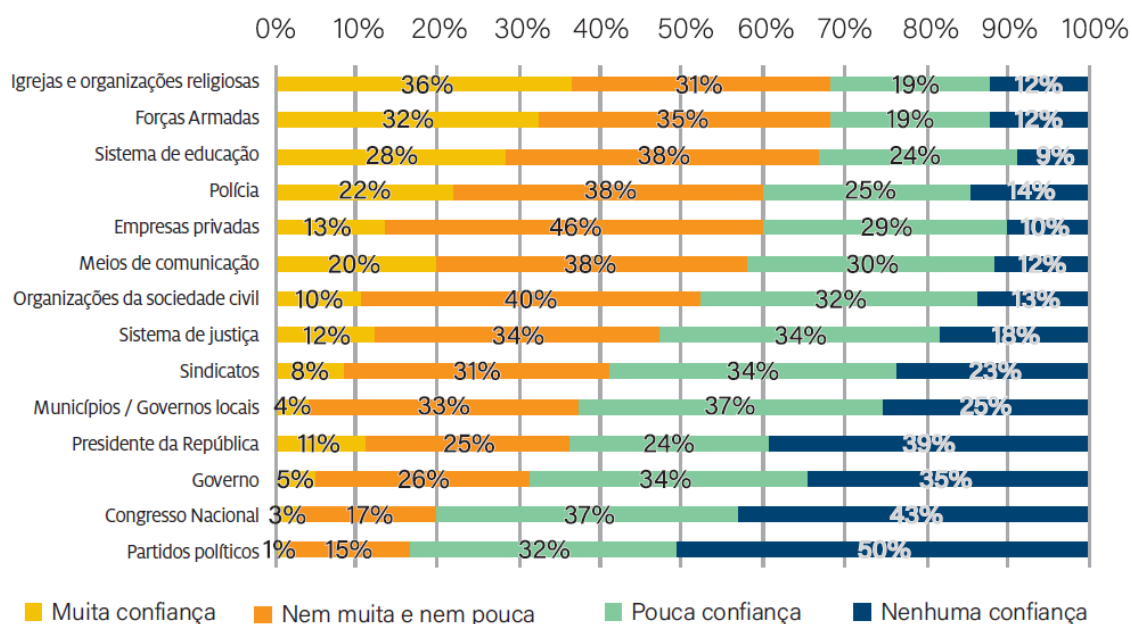
² Estatísticas de filiados a partidos revela baixa participação feminina e de jovens na política. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2021/Junho/estatisticas-de-filiados-a-partidos-revela-baixa-participacao-feminina-e-de-jovens-na-politica>. Acesso em: 10 jun. 2021

registro do título de eleitor. Tal campanha foi pensada a partir dos números mensais divulgados pelo TSE, que indicavam o menor percentual de registro desde 2006³.

Contudo, Tomizaki e Daniliauskas (2018) indicam que o distanciamento dos jovens em relação à política se dá em razão dos jovens não enxergarem nos meios tradicionais uma forma de serem atendidas as suas pautas e necessidades, o que causa, assim, um desestímulo à participação. Sendo assim, a falta de informação não seria o fator principal causador do distanciamento dos jovens perante a política, mas, na verdade, “o conhecimento e a rejeição consciente de determinadas práticas típicas da política institucional” (TOMIZAKI, DANILIAUSKAS, 2018, p. 219).

O Observatório da Juventude na Ibero-América, por intermédio da Pesquisa Juventudes no Brasil, apresentou dados importantes no que se refere às percepções das juventudes sobre distintos aspectos, como participação política, valores, trabalho, lazer, cultura, religião, entre outros. Foram entrevistados 1740 jovens entre 15 e 29 anos de idade, pertencentes às cinco regiões do Brasil, no ano de 2019. A respeito do tópico referente à confiança nas instituições, tem-se os seguintes dados:

Gráfico 1 - Confiança dos jovens nas instituições



Fonte: Pesquisa Juventudes no Brasil, 2021⁴.

³ Fonte: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/tse-registra-numero-de-eleitores-menores-de-idade-mais-baixo-para-abril-desde-2006/>

Os dados indicam que as instituições que mais possuem confiança por parte dos jovens são as igrejas, as Forças Armadas e o sistema de educação, respectivamente. No entanto, o percentual de confiança não ultrapassa os 40%. Por outro lado, as instituições que possuem menos confiança são: o Governo, o Congresso Nacional e os partidos políticos. Sobre esse aspecto, Moisés e Carneiro acreditam que:

na maior parte das novas democracias, contudo, não é a legitimidade democrática que está em causa – já que a adesão normativa dos cidadãos à democracia é majoritária e generalizada – mas, além de sua insatisfação com o desempenho de governos ou de líderes políticos específicos, as altas taxas de desconfiança dos cidadãos de instituições democráticas apontam para uma situação cujos efeitos para a continuidade do regime no tempo precisam ser mais bem conhecidos e estudados. (MOISÉS; CARNEIRO, 2008, p.8)

Ou seja, para os autores citados, desconfiança diz respeito à atitude ou desmerecimento de algo. Já no ambiente democrático, isso pode significar a realização de um afastamento realizado por parte dos cidadãos de determinado âmbito social. Por outro lado, desconfiança elevada pode representar que os cidadãos enxergam as instituições como distintas das suas reais finalidades de criação. Nesse sentido, ao considerar a presença dessa desconfiança, os autores acreditam que ela, por si, não impacta na continuidade do regime democrático, no entanto, a democracia é colocada em dúvida, uma vez que essa desconfiança acarreta questionamentos que estão vinculados aos princípios do sistema democrático. Em determinadas situações, podem levar, inclusive, à rejeição à atribuição das instituições políticas em representar os cidadãos, como é o caso dos partidos políticos e o próprio parlamento. Em suma, os autores sugerem que a desconfiança nas instituições não resulta na extinção da democracia, mas de algum modo ela é atingida como resultado dessa desconfiança, pelo motivo de que tais instituições são essenciais para duas funções primordiais, como: distribuição do poder para tomada de decisão e de participação dos cidadãos nesse processo.

Alinhando-se a essa perspectiva, Duarte (2016) afirma que os trabalhos mais recentes sobre a juventude e sua participação indicam as distintas e várias

⁴ Pesquisa Juventudes no Brasil 2021. Disponível em: <https://redgesm.sharepoint.com/sites/WebsFundacinSM/Shared%20Documents/Forms/AllItems.aspx?id=%2Fsites%2FWebsFundacinSM%2FShared%20Documents%2FGeneral%2FResumo%5FPesquisa%5FJuventudes%5Fno%5FBrasil%2Epdf&parent=%2Fsites%2FWebsFundacinSM%2FShared%20Documents%2FGeneral&p=true> Acesso em 20 out. 2021.

maneiras de participar, seja no contexto internacional ou no nacional. O que se percebe de modo mais frequente, nesses trabalhos, é o distanciamento existente entre os jovens nos “[...] processos democráticos convencionais e, por conseguinte, há a rotulação desses agentes como apolíticos, tendo em vista que muitos agrupamentos não se inserem e mesmo se contrapõem aos modelos políticos erigidos pelas gerações anteriores” (DUARTE, 2016, p. 894).

Ainda segundo o autor, a participação dos jovens se dá por meio de determinadas ações, que ocorrem em cenários fluidos, sem uma hierarquia definida e que são resultados de suas atitudes, não possuindo, assim, orientação de outros grupos. No que diz respeito aos campos de ação coletiva, de embates, eles se caracterizam pela variedade, e se antes batalhavam por questões gerais, atualmente estão mais direcionadas ao contexto local, cobrando respostas aos problemas e soluções com mais agilidade e assertividade (DUARTE, 2016).

O Instituto de Pesquisa Datafolha, no ano de 2018⁵, em matéria publicada no jornal Folha de São Paulo, apontou que dentre os grupos pesquisados, os jovens demonstraram maior interesse em atuar na política, cerca de 29%. Outro ponto elencado se refere à ocupação de um posto público, os jovens, novamente, possuem o maior percentual de interesse, cerca de 34%. A partir disso, é possível perceber uma sinalização positiva dos jovens no que diz respeito à participação política, mas readequada às suas realidades e por meio de novas ferramentas e modos de atuação. Nesse sentido, o que se coloca como desafio diz respeito à análise das atribuições de tais ferramentas e sua contribuição para esse processo participativo. Além disso, também não se deve esquecer de examinar a nova configuração que se coloca em cena, e que muito diz sobre as juventudes e suas perspectivas.

Amanda Porfírio, de 20 anos, técnica em nutrição, e Giovanna Paulo, montadora de uma fábrica de veículos, também de 20 anos, em matéria publicada na revista *Isto É*⁶, em março de 2021, diziam acreditar ser relevante estar ciente do que está acontecendo na política. No entanto, se encontravam desiludidas no que se referia aos debates relacionados às medidas que impactam diretamente suas vidas.

⁵ Jovens têm mais interesse em atuar na política, mostra pesquisa. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/jovens-tem-mais-interesse-em-atuar-na-politica-mostra-pesquisa.shtml> Acesso em 15 mar. 2021

⁶ Crise e desilusão afastam jovem da política. Disponível em: <https://istoe.com.br/crise-e-desilusao-afastam-jovem-da-politica/> Acesso em 15 mar. 2021

“É bem chato não querer participar”, revela Amanda. “Eu sempre me imaginava no lugar deles (políticos) fazendo mudanças, mas acho que a política virou somente um nome”, é o que acredita Giovanna (ISTO É, 2021, online). As falas das jovens contribuem para aquilo que se tem como recorrente no contexto contemporâneo, que diz respeito, de forma específica, ao distanciamento que a juventude possui das formas convencionais de se “fazer política”, como greves, passeatas, participação em movimentos sociais e partidos políticos, tendo essa descrença já sido evidenciada em pesquisas anteriores como as de Weiselfisz (1998) e Minayo (1999) realizadas em Brasília e Rio de Janeiro, respectivamente.

Diante do exposto, foi possível apreender, nesta seção, sobre como a literatura especializada aborda o conceito de juventude, especialmente no contexto brasileiro. Percebeu-se a complexidade bem como os desafios enfrentados. Complementarmente, se discutiu a respeito dos jovens e suas interações com a política, com as formas convencionais de participação e de modo inicial refletiu-se sobre a sua interação com a internet e as redes sociais, em decorrência do cenário de marcante influência dos meios digitais. Por meio de pesquisas e matérias recentes, foi possível identificar como jovens atualmente percebem o tema da participação política e como se posicionam frente a ele.

Para operacionalizar o debate acerca do que está sendo abordado no presente trabalho, considerou-se de fundamental relevância realizar apontamentos sobre a participação e a cultura política, uma vez que tais conceitos estão diretamente relacionados à proposta de pesquisa aqui já apresentada. Nesse sentido, buscou-se identificar as diferentes concepções de participação e cultura política para que, assim, pudesse ser possível compreender os fenômenos analisados.

3 APONTAMENTOS SOBRE PARTICIPAÇÃO E CULTURA POLÍTICA

Importa evidenciar que esta seção versa sobre participação e cultura política. Para tanto, buscou-se realizar uma breve contextualização sobre a origem dos conceitos e mobilização destes para a construção da fundamentação teórica.

A partir do resgate histórico, é possível afirmar que a participação política remonta à Grécia. No entanto, em termos científicos, o marco é do século XVIII, mais precisamente com as ideias de Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), de clássicos do liberalismo como John Stuart Mill (1806-1873) e Alexis de Tocqueville (1805 -1859). Julga-se importante abrir um parêntese para destacar a contribuição do movimento político do liberalismo no que se refere à ideia de cidadania, uma vez que a entendemos diretamente vinculada ao conceito de participação política. Especialmente a respeito do momento que marca a passagem da idade média para a idade moderna, percebe-se que a ideia de cidadania absorveu elementos de cunho filosófico, especificamente a partir dos contratualistas (COSTA, IANNI, 2018). Nesse sentido, é possível afirmar que por meio deles surge a concepção de um contrato firmado entre cidadãos e o Estado, bem como o ideal de direitos dos homens para a construção do Estado Nação. Com efeito, ao recorrer às ideias de Bobbio (2004), pode-se afirmar que a partir da luta pela liberdade no cenário do estado absolutista da França surge a necessidade de se discutir a respeito do conceito de cidadania. Nota-se que o movimento político do liberalismo contribuiu para a ideia de cidadania por meio do respeito à liberdade individual e da participação política, por intermédio do voto.

De acordo com Moisés (2005), neste momento, o cidadão passou a obter um status que assegurava a sua ligação à comunidade política da nação, na medida em que também reconhecia o seu direito de participar, de escolher seus representantes. O autor considera, ainda, que:

A concepção liberal clássica está baseada em uma perspectiva protetora do cidadão como membro da associação política. O objetivo principal é proteger o indivíduo de riscos de arbitrariedade, opressão ou violação de seus direitos por parte seja de quem exerce o poder; seja dos outros indivíduos. Locke formulou essa concepção de proteção em termos do direito natural à vida, à liberdade e à propriedade. Por isso, as liberdades modernas são entendidas como negativas, isto é, como mecanismos que institucionalizam a ausência de coerção para evitar que o indivíduo seja impedido de realizar os seus interesses. (MOISES, 2005, p. 77)

Sendo assim, percebe-se que a partir do movimento político do liberalismo, tem-se uma transição da figura do súdito – presente na Idade Média, que devia lealdade e obediência ao monarca – para a do cidadão, portador de uma identidade cívica, na qual se consolidam seus direitos, inclusive de participação política.

Karl Marx (1818-1883) e Friederich Engels (1820-1895), por outro lado, foram os propulsores no que se refere a uma tradição de análise que foi capaz de realizar paradigmas sobre o tema da participação. Já no século XX, o destaque vai para autores como Rosa de Luxemburgo (1871-1919), em sua teoria sobre participação em massas, e também para Antonio Gramsci (1891-1937), em sua análise a respeito dos conselhos de fábrica italianos (GOHN, 2019).

Seguindo nessa expectativa, pode-se afirmar que os primeiros estudiosos a realizarem trabalhos acerca do tema da participação vinculados à perspectiva de atuação prática dos indivíduos em instituições associativas foram Harold Laski (1951), Howard Cole (1993) e, posteriormente, Paul Hirst (1994). Vale destacar que as ideias de Cole se aproximam das de Rousseau, ao entender que a vontade se constitui como alicerce da estrutura social e política, desse modo, seria imprescindível a atuação dos indivíduos por meio das associações com a finalidade objetiva de atender às suas necessidades. Nesse sentido, o autor entendia que exclusivamente por esse meio e em instituições locais que o homem poderia compreender a democracia.

Como sugestão, ele apresentou a construção de uma lista de instrumentos de participação para a efetivação disto, como: cooperativas e conselhos, ao passo que ainda criou uma estrutura política com a pretensão de estimular o desenvolvimento de processos participativos, desde a comuna local à nacional. Ainda conforme o autor, no que se refere à área da Ciência Política, pode-se afirmar que a partir dos anos sessenta foi notória a importância dada ao tema da participação, especialmente pelas análises de Alessandro Pizzorno nas quais o autor conseguiu defini-la como uma ação em solidariedade de um indivíduo em direção ao outro, quer na esfera de um Estado ou mesmo dentro de uma lógica de classes, com o intuito de se manter ou transformar a estrutura vigente do sistema (GOHN, 2019).

Nirenberg (2006) observa que esse conceito diz respeito ao envolvimento dos indivíduos, à capacidade de atuação prática, de gerar influências em determinados processos bem como nas tomadas de decisão. Milani (2008) aborda

que a participação se constitui como uma parte da realidade social, em que as relações não se configuram em estruturas. Dessa forma, a ação é constituída pela modificação social e suas práticas e bases passam por uma evolução e se adquirem formas distintas em diferentes contextos.

Sobre as maneiras de se participar, Avritzer (2008) percebe as instituições participativas como caminhos para a inclusão dos atores sociais no processo decisório. Nesse sentido, são elencadas três formas de participação, sendo elas: a primeira, que diz respeito ao estabelecimento de uma lógica de baixo para cima, por meio das quais os cidadãos e as organizações podem se inserir. O exemplo dado pelo autor se vincula ao orçamento participativo, em que determinadas decisões são formuladas a partir dos atores sociais.

A segunda, por outro lado, compreende a construção por meio de uma repartição do poder, ocorrendo de forma paralela a participação dos indivíduos. A segunda forma se diferencia da primeira no sentido de que “[...] não incorpora um número amplo de atores sociais, e porque é determinado por lei e pressupõe sanções em casos de não instauração do processo participativo” (AVRITZER, 2008, p. 46). E a terceira, na qual os cidadãos não participam ativamente, mas têm a atribuição de ratificar de forma pública tais decisões.

No contexto brasileiro, Bonavides (2003) argumenta em relação à constituição de 1988 como importante passo no que se refere à participação, logo em seu artigo 1º, garantindo a todos o direito e a possibilidade real de participar ativamente. Desse modo é que se considera por uma democracia semidireta, na qual se encontram instrumentos de participação, sendo assim entendida como democracia participativa. Como forma de se trabalhar a ideia de participação no Brasil, é importante lembrar que nas últimas décadas se teve um avanço no que se refere aos estudos sobre participação, tendo como principais elementos a serem discutidos a teoria sobre a importância da participação dos atores da sociedade civil nas políticas sociais e suas formas de participação, especificamente através dos estudos de autores como Leonardo Avritzer (2008), Gurza Lavallo (2011) e Luciana Tatagiba (2002). Dessa maneira, é possível afirmar que essa corrente é responsável por trabalhar conceitos como arranjos participativos e as relações existentes entre sociedade civil e mecanismos institucionais, perspectivas em que esta dissertação se apoia.

Por outro lado, Francisco de Oliveira (1999) e Evelina Dagnino (2004), por exemplo, consideram uma associação entre as maneiras de se participar com distintos projetos políticos, sendo o primeiro a defesa da existência de uma compatibilidade entre o projeto neoliberal e as formas de participação; e o segundo, utilizando-se do conceito da confluência perversa, a indicação de uma convergência de tempo entre neoliberalismo e a propagação da participação em detrimento de uma coincidência que, possivelmente, teria reforçado a aplicação em larga escala de projetos políticos.

Aprofundando-se mais nas ideias de Dagnino (2004), é importante ressaltar que a autora considera que o processo de construção da democracia tem sido campo de estudo, tendo assim várias análises a seu respeito. Segundo ela, parte dessas análises atribui a uma derrota, ao que até então se acredita ser um avanço da democracia, mais especificamente, o período transitório, que ocorreu após o regime militar. Nesse sentido, o referido processo, segundo Dagnino, tem como principal dilema a convergência existente entre dois processos que possuem relação com dois projetos políticos muito diferentes.

O primeiro, diz respeito ao denominado “alargamento” da democracia, que pode ser exemplificado pela construção de espaços públicos e pela amplificação da participação da sociedade nas discussões e nas tomadas de decisão referentes ao governo. O marco temporal desse processo é a própria constituição de 1988, que dentre suas principais contribuições, se visualiza a consagração do princípio da participação da sociedade civil. Desse modo, é possível afirmar que nesse processo é partilhada a ideia de participação e democracia, se almejando a construção efetiva de uma cidadania. Ainda sobre esse processo, Dagnino (2004) lembra dois momentos importantes para fundamentá-lo, sendo eles: a reestruturação da democracia formal e no mesmo período, a possibilidade de ação conjunta entre Estado e sociedade civil, com o objetivo comum de se obter, nas palavras da autora, um “aprofundamento democrático”.

Em segundo lugar, Dagnino (2004) evidencia a vitória eleitoral de Collor (1990-1992), no ano de 1989, como parte de um plano para implantação de uma agenda neoliberal, que se tinha como propósito a diminuição das responsabilidades de cunho social do Estado e da sua atribuição de garantir direitos. Dessa maneira, “[...] este projeto constitui o núcleo duro do bem conhecido processo global de adequação das sociedades ao modelo neoliberal produzido pelo Consenso de

Washington” (DAGNINO 2004, p. 142). Nesse sentido, Dagnino afirma que seu entendimento é o de que existe uma confluência perversa, como já mencionado, entre os dois projetos, dessa forma, essa “perversidade” residiria na ideia de mesmo que sejam opostos, os dois necessariamente precisariam de uma atuação mais profunda da sociedade.

Como forma de complementar o entendimento acerca do tema da participação no Brasil, julga-se necessário realizar alguns apontamentos importantes a respeito do tema, que se relaciona, basicamente, ao momento que vai desde a promulgação da constituição de 1988, dado que notoriamente tiveram momentos em que se ampliou a participação e momentos em que se restringiu a participação. Dessa maneira é válido recorrer às ideias de Charles Tilly, especialmente no que se refere aos conceitos de democracia, democratização e desdemocratização, podendo-se encontrar:

Charles Tilly aufer o grau de democracia analisando a extensão na qual o Estado se comporta diante das demandas expressas por seus cidadãos, sob a égide dos critérios da amplitude, igualdade, proteção e caráter mutuamente vinculante. Em síntese, a democratização é vista como a média de um movimento crescente nessas quatro dimensões, enquanto a desdemocratização, por decorrência lógica, pauta-se no movimento médio decrescente (CRUZES, 2018, p. 56).

Nesse sentido, quanto ao processo de democratização é possível citar, de forma inicial, o surgimento da legislação participativa, em 1988, para além do direito já citado, presente no artigo 1º da Constituição, determinando-se que “[...] todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente” (BRASIL, 1988, online), pode citar como instrumentos de participação os contidos, no artigo 14º, como o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular, além do direito de petição presente no artigo 5ª, XXXIV, assim como a ação popular a que se refere no art. 5, LXXIII, e a participação da sociedade nos conselhos setoriais. Seguindo com a formação de conselhos nacionais a partir da década de 1990.

Outro elemento que merece destaque são as conferências nacionais, que embora tenham sido realizadas de forma primária na década de quarenta, receberam considerável impulsionamento por parte do governo Lula (2003-2011). Por Conferências Nacionais, entende-se as instâncias em que se tem poder de deliberação e participação, com o intuito de ofertar parâmetros para a construção de políticas públicas. Nesse sentido, são realizadas pelo poder executivo, por

intermédio de seus órgãos, com organização realizada por área, tendo como participantes os integrantes do poder público, assim como representantes da sociedade civil.

As conferências nacionais, ainda, são precedidas por etapas de diferentes âmbitos (municipal, estadual ou regional), no qual os resultados se transformam em deliberações na realização da conferência nacional e ao final se tem a elaboração de um documento de participação (POGREBINSCHI; SANTOS, 2011).

Continuando a discussão, tendo como base Pogrebinschi e Santos (2011), pode-se afirmar que a ampliação das conferências se deu por razão de conseguirem envolver um quantitativo de pessoas elevado, além de também compreenderem um número de temáticas maior, não se restringindo, assim, apenas à área da Saúde, na qual se iniciou a prática das conferências em 1940, mas ampliando-se para as áreas de Direitos Humanos e Assistência Social. A partir da metade dos anos de 1990, vem se adaptando para atender as demandas que versam sobre as políticas públicas. Dessa maneira, os autores defendem a ideia de que a partir de 2003, com o governo Lula, é que as conferências nacionais passam a ter um caráter participativo, com poder de deliberação, normativo e de representação.

Participativo, considerando que as conferências são, em suma, amplamente abertas à participação no que tange às fases em âmbito municipal, tendo uma dinâmica de composição de 60% com integrantes da sociedade civil, e 40% do governo, ou em determinadas situações terem trabalhado compondo uma terceira categoria. É considerada com poder de deliberação, uma vez que as conferências possuem uma orientação voltada a uma construção de um consenso que é resultado de processos comunicativos de formulação de opinião, abrangendo representantes da sociedade civil e do governo.

Recentemente, sob a gestão do governo Bolsonaro (2019-presente), se efetivou mais um ataque à participação social, por intermédio do Decreto nº 9.759 (2019), no qual seu maior objetivo foi o da extinção dos Conselhos Nacionais e a revogação por completo do Decreto nº 8.243 (2014). Apresentado logo nos primeiros meses de mandato, especificamente no dia 11 de abril de 2019, o Decreto representa um reflexo sobre o momento de crise política atual, em que o Brasil vivencia, especialmente pela falta de compromisso com a democracia, com as vontades populares, ao qual o governo de Bolsonaro se abstém. O ataque é

percebido logo em seu 1º artigo, ao introduzir que: “[...] este Decreto extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional” (BRASIL, 2019, online). A justificativa auferida foi a de que os conselhos eram “resquícios das administrações petistas”, o que converge com a ideia de que as pautas do governo atual são, em primeiro lugar, relacionadas à oposição a tudo que tenha relação com a esquerda, ou mesmo que de alguma forma remete ao Partido dos Trabalhadores.

Tais premissas governamentais justificam frequentemente seus erros, com a narrativa de que a culpa de todos os problemas que são enfrentados no Brasil de hoje seja colocada exclusivamente na conta das gestões petistas. Um *tweet* do presidente, postado no dia 14 de abril de 2019, representa de forma simbólica o que aqui se discute.

Figura 1 - Tweet do Presidente Bolsonaro sobre o Decreto nº 9.759 de 2019



Fonte: página do Twitter do presidente Jair Bolsonaro.⁷

Vale ressaltar que uma parte considerável dos conselhos em que se tem participação da sociedade são citados em leis. O presidente Bolsonaro então assumiu uma estratégia específica, que foi a de esvaziar os conselhos, diminuindo funções, membros e principalmente representatividade. Desse modo, passou-se a editar decretos sobre os conselhos com essa finalidade, podendo-se citar, por exemplo, o caso do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas, que extinguiu a

⁷ Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1117441294048071682?lang=bg>.

participação da sociedade, deixando apenas representantes do governo e um representante dos conselhos estaduais.

Nesse contexto, o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNDLCD/LBGT) também foi atingindo, sendo retirada a sigla LGBT, e o conselho passou a ser denominado apenas de “Conselho Nacional de Combate à Discriminação”. Além da exclusão da população LGBT, o conselho teve uma diminuição de membros e passou a ser um conselho voltado para “minorias étnicas e sociais” e para “vítimas de violência por discriminação”.

Outro caso que deve ser enunciado se relaciona ao CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente, que teve sua composição drasticamente reduzida, indo de 96 participantes para 23 participantes, representando, assim, para além de uma redução da capacidade de representatividade do conselho, um sério problema para a área ambiental, especialmente no que diz respeito às deliberações.

Além do Decreto nº 9.759, pode-se afirmar que outros ataques foram realizados à participação social e à democracia, por exemplo, o Decreto nº 10.003, que reformulou os procedimentos realizados pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, gerando, assim, debates e reflexões por parte da sociedade civil, bem como a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (APDF) 622. Tendo uma decisão favorável, ao entender que o Decreto limitava a participação social e a atuação prática do Conselho.

Diante de todos os atos aqui relatados, o que se pode observar é que tais práticas reforçam ainda mais o entendimento de que o presidente se configura como um real inimigo da democracia, na medida em que reduz os espaços de participação social e coletiva e ao deixar ainda mais evidente as suas atitudes autoritárias e sua visão reducionista sobre a participação da sociedade nos processos de discussão e deliberação e, principalmente, sobre os efeitos de seus atos para o desenvolvimento social, político e econômico nacional.

D'Araújo, Soares e Castro (1995) avaliam que no exercício da análise da democracia, o embasamento se coloca sobre o conceito de cultura política. Os autores percebem uma ideia presente ao exercício de se analisar as questões políticas, que se refere ao entendimento da existência de uma correspondência entre dois aspectos; cultura política e o conjunto de instituições que podem definir um sistema político.

Embora os escritos dos gregos clássicos tenham contribuído para as raízes do conceito de cultura política, um autor em específico se sobressaiu e exerceu maior influência sobre a escola americana da cultura política. Alexis de Tocqueville, e de modo mais particular a sua obra *A Democracia na América*, segundo D'Araújo, Soares e Castro (1995), escreveu de forma bastante extensa sobre os Estados Unidos, relacionando a ideia de uma cultura cívica,

[...] foi o responsável pela adoção do supracitado procedimento de investigação no seio das ciências humanas. Devemos ressaltar, contudo, que a obra de Tocqueville se destacou pela capacidade de unir a "tradição culturalista, ainda não claramente esboçada, com duas outras vertentes de análise da democracia: a associativa e a local-institucionalista (D'ARAÚJO; SOARES; CASTRO, 1995, p. 19).

De acordo com Rennó (1998), o surgimento do estudo da cultura política em uma perspectiva contemporânea se deu por volta dos anos sessenta, tendo dois fatores como influenciadores: a desilusão para com os ideais tanto iluministas como liberais, e somado a isso, o crescimento de técnicas e abordagens de pesquisa como os *surveys*, que oportunizaram o tratamento das questões com maior objetividade.

Em termos contemporâneos, como entende-se o conceito de cultura política? Por meio de quais teóricos? Ainda consoante, Rennó, Almond e Verba (1998) se consolidaram como os principais influenciadores das discussões a respeito da cultura política, de modo mais específico, por meio da obra *The Civic Culture*, datada de 1963. Para os autores em epígrafe, o conceito é entendido como um conjunto de orientações de cunho subjetivo, os quais estão inseridos:

[...] conhecimentos, crenças, sentimentos e compromissos com a realidade política. O seu conteúdo é resultado da socialização na infância, da educação, da exposição aos meios de comunicação, de experiências adultas com o governo, com a sociedade e com o desempenho econômico do país (RENNÓ, 1998, p. 71).

Ao apresentar essa definição, Rennó observa que os autores influenciaram diretamente a teoria da cultura política atual, especialmente, por tratarem da problematização sobre a possibilidade de mudança nela própria. Nesse sentido, Almond e Verba percebem que a maior preocupação dos estudos envolvendo a categoria aqui em ênfase, diz respeito à cultura política de países em

democratização e a dos países industrializados, bem como os processos de modernização.

São evidenciados, assim, os métodos e técnicas de pesquisas que ganharam forças nos últimos anos, como os *surveys*, que se consolidaram como uma importante ferramenta para a análise das mudanças ocorridas no que tange à cultura política. Sobre isso, são apontados dois aspectos: em alguns casos analisados, foi possível perceber as mudanças ocorridas na cultura política, e em especial, a influência exercida por parte da experiência histórica e governamental sobre o processo de formação da cultura política. No entanto, em outros estudos, percebeu-se resistência a essas mudanças, a exemplo dos países comunistas que estavam em processo de democratização.

Para auxiliar no entendimento do processo de trabalho, aceitação e utilização do conceito de cultura política, Almond e Verba propõem uma divisão histórica deste em três fases. A primeira fase, datada dos anos cinquenta e início dos anos sessenta, diz respeito ao momento em que começaram a utilizar o conceito de cultura política nas pesquisas científicas. Em âmbito nacional, estudos com direcionamento voltado às análises de cultura e de personalidades sobre as realidades de países distintos não foram tão aceitos, em detrimento do desenvolvimento profissional das Ciências Sociais no período pós-Guerra. Dessa maneira, os estudos sobre cultura política tiveram como significado principal uma alternativa prática ao “reducionismo psicológico e antropológico”, que exercia predominância durante o período da primeira metade do século XX.

Já no que se refere à segunda fase elencada por Almond e Verba, que se desenrolou durante os anos sessenta e setenta, se consolidaram as críticas e o desinteresse pela cultura política. Nesse momento, os movimentos acadêmicos de diferentes ideologias se fortaleceram como opositores diretos da teoria culturalista. De início, se percebeu que as críticas foram lançadas ao sistema capitalista em sua forma mais ampla, ao passo que as correntes vinculadas à esquerda realizavam denúncia contra instituições de ensino como a escola e a universidade, por supostamente incentivarem a ideologia capitalista. Nesse sentido, se questionava a cultura política a partir de uma alegação de que os bens materiais se sobrepunham a aspectos como valores e atitudes. Desse modo, a classe social que motivaria as atitudes dos indivíduos seria uma falsa consciência, determinada pelos instrumentos de socialização do sistema capitalista, como as universidades e a mídia.

Por outro lado, as críticas da direita direcionadas à cultura política se amparavam na Teoria da Escolha Racional. Se afirmava que os estudos sobre política e mercado eram feitos a partir do emprego de mecanismos da economia, o que deslegitimava a Teoria da Cultura Política, uma vez que se compreendia a presença de atores racionais. Dessa forma, se percebia que o estudo da cultura política não se fazia necessário, dado que os incentivos para as atitudes se davam pela relação custo/benefício.

Sobre a Teoria da Escolha Racional, é importante frisar que ela enfatiza o poder das instituições no comportamento dos indivíduos. Hall e Taylor (2003) explicam a origem do método, inspirado na observação do comportamento e de decisões advindas do Congresso norte-americano, estudiosos da época indagaram o motivo sobre o qual existia um certo direcionamento específico na tomada de decisões políticas, mesmo com mudanças e alto volume de pessoal dentro do Congresso.

Para a Teoria da Escolha Racional, o comportamento dos atores individuais influencia o coletivo, considerando que as escolhas disponíveis são reputadas racionais, pois enfatizam que o melhor custo-benefício seja atendido. “Os teóricos do institucionalismo da escolha racional pregam uma série característica de pressupostos comportamentais, de modo que os atores compartilham um conjunto de preferências ou gostos e se comportam de forma utilitária [...]” (CASTRO, 2013, p. 3).

Assim, as preferências dos indivíduos se potencializam de forma calculada e estratégica, sempre visando aos ganhos e interesses próprios, não considerando que os interesses coletivos ultrapassem os individuais, mas influenciados pelas instituições criadas por atores que impõem limitações aos interessados, ou seja, influenciando seu comportamento (HALL; TAYLOR, 2003). Nesse contexto, o estudo da cultura política passou a ser dispensável, em razão do cálculo do custo-benefício.

A terceira fase, para Almond e Verba, se caracteriza pelo denominado “renascimento da teoria da cultura política”, dado pelo quantitativo de estudos que foram publicados na área. Dessa maneira, se visualizou que o meio acadêmico, nesse contexto, teve uma maior aceitabilidade para com a diversidade metodológica, por meio de abordagens racionalistas e marxistas nas Ciências Sociais.

Bobbio (2000) relata três tipos de cultura política elencadas por Almond e Verba. A primeira, denominada como *parochial culture*, se dá essencialmente em sociedade simples, em que as responsabilidades, assim como as instituições políticas, não existem, ou mesmo quando suas atribuições conjugam com as instituições de cunho religioso ou econômico. A segunda, denominada de “sujeição”, se apresenta no cenário em que “[...] os conhecimentos, os sentimentos e avaliações dos membros da sociedade estão voltados essencialmente para o sistema político em seu conjunto, mas atentos principalmente aos aspectos de *output*, ou de saída do sistema” (BOBBIO, 2000, p. 306).

A respeito do terceiro tipo, da participação, pode-se entendê-la,

Finalmente, no terceiro tipo de Cultura política — chamada de cultura “de participação” — existem tendências específicas que não visam apenas ambos os aspectos do sistema, mas supõem também a posição ativa de cada um. Dentro desta mesma colocação, são depois usados os conceitos de adesão (*allegiance*), apatia e alienação para caracterizar a relação de congruência ou incongruência entre cultura e estrutura políticas. Existe adesão, quando os conhecimentos são acompanhados de tendências afetivas e juízos positivos; alienação e apatia, quando a atitude predominante dos membros de uma sociedade em relação ao sistema é, respectivamente, de hostilidade ou de indiferença. Congruência ou incongruência entre Cultura política e estrutura política se dariam, portanto, quando as tendências predominantes são adequadas ou não às estruturas e costumes existentes: por isso, uma Cultura política “de participação” inserida num sistema de estruturas autocráticas seria bem pouco congruente e certamente menos adequada que uma Cultura política “de sujeição”. O mesmo se diga da relação entre uma Cultura política em que o cidadão não é considerado como participante e estruturas políticas de participação (BOBBIO, 2000, p. 306)

Verifica-se, então, como os modelos de cultura política acima apresentados tratam-se de teorias, podendo apenas ser encontrados em uma cultura política totalmente homogênea. Tal afirmação se baseia na ideia de que, na realidade, só se visualizam culturas políticas mistas, que se caracterizam pela junção dos tipos evidenciados.

A partir da leitura da obra de Moisés (1992), é possível identificar três interpretações correntes que sugerem uma ideia de cultura política na área da Ciência Política. A primeira objetiva significar dois pontos (estabilidade ou mudança) que são enfrentados pelos governos a partir de um ideal de caráter coletivo nacional. Nesse sentido, acredita-se na existência de uma particularidade de elementos, como crenças, valores e maneiras de atuação que são inerentes a um povo, e tais elementos constituem a cultura nacional.

A segunda cita a teoria marxista, dado em que esta tem como principal característica não aceitar a autonomia para as ideias e os valores, uma vez que seriam definidos por meio da infraestrutura, ou seja, por meio de uma maneira em que são determinados os processos de produção em uma perspectiva material da vida humana. Com isso, vale ressaltar que o autor pondera que na tradição marxista ocidental tem-se a predominância do entendimento da cultura política como uma variável dependente.

A última abordagem, por outro lado, diz respeito às ideias dos autores Almond e Verba, ao passo que surgiram no sentido de reagir às fragilidades empíricas dos modelos de análises tradicionais na Ciência Política nos anos quarenta.

Outra contribuição para o conceito de cultura política se deu por meio das ideias de Street (1993) que, analisando a obra de Almond e Verba, buscou problematizar a respeito do papel da cultura política como importante fator para o entendimento da ação política, entendendo-a como algo híbrido, que ora assume função de catalisador ora de fertilizante de mudanças. Para ele, a cultura política tem a função de moldar o contexto ou mesmo o ambiente da ação política. O teórico enfatiza que a Teoria da Cultura Política pode ofertar um entendimento completo sobre a ação política, ao passo em que deve também ser mais convincente do que as demais abordagens, por exemplo, a da escolha racional e a materialista. Nesse sentido, ela deve oportunizar, ao menos, justificativas que possam certificar a importância dos elementos culturais para a compreensão do comportamento político dos indivíduos que compõem a sociedade.

Ainda conforme Street (1993), determinados fenômenos da atualidade têm influenciado, em certa medida, o debate sobre a cultura política. A respeito disso, o autor relembra os problemas enfrentados e a dissolução de ideologia marxista, e o fortalecimento de movimentos nacionalistas, tais situações estimulam a discussão sobre dois aspectos: legitimidade e identidade, que são influenciadas de forma intensa por elementos culturais. Aliado a isso, vale ressaltar as investigações sobre os impactos dos meios de comunicação na ação política.

Almond e Verba, em suas análises, acreditam que a cultura política molda o contexto em que está inserida a ação política, e proporciona o espaço para mudança ou mesmo para a continuidade de um regime político. Aqui, portanto, a cultura política e a estrutura política se desprendem no nível analítico para que

possam, assim, ser estudadas suas concordâncias. Rennó, (1998) ao tratar sobre essa questão, assevera:

Para Street, a relação entre cultura política e estrutura política é um ponto confuso da análise de Almond e Verba. Apesar de tentar englobar os níveis macro e micro de análise política, *The Civic Culture* não consegue descrever de forma clara a relação entre esses níveis. O enfoque no aspecto comparativo do estudo não permite a discussão aprofundada da relação entre cultura política e estrutura política dentro de cada país. Por esse motivo, fatores como as origens da cultura, sua forma e disseminação não são analisadas detalhadamente nos casos estudados (RENNÓ, 1998, p. 75).

Dando continuidade, é necessário recorrer à contribuição de Pécaut (1990), dado que o autor, em suas ideias, desenvolveu uma interpretação a respeito da cultura política por meio de dois aspectos, a saber: em primeiro lugar no âmbito do fenômeno de socialização política, e em segundo lugar, como uma espécie de adesão de maneira implícita a um entendimento da realidade. O mesmo, ainda, ponderou alguns elementos da cultura política que merecem atenção.

De forma inicial, o supracitado autor se reporta ao modo de se determinar a posição em que os intelectuais estão posicionados na estrutura da sociedade, quer na perspectiva dos próprios intelectuais, na qual se colocam, assim como os dos que lhe reconhecem poder. Sobre o segundo elemento, o autor trabalha sobre as representações, de modo mais particular, aos fenômenos políticos. E o terceiro, diz respeito às relações que se dão por meio de dois campos: o intelectual e político.

Inicialmente, o teórico percebe a politização dos intelectuais que fazem parte de uma “primeira geração”, dos anos de 1920 a 1940, em que esta toma para si a atribuição de forjar a consciência nacional e propagar a organização social. O viés político dos intelectuais alinhados à esquerda, referem-se ao segundo momento, que diz respeito à geração dos anos 1954-1964. Se detendo aos movimentos intelectuais e colocando em ênfase o deslocamento dos interesses dessa intelectualidade, que tem como propósito básico anular suas origens “pequeno-burguesa”, se aproximando, assim, das classes baixas. Dessa forma, a responsabilidade dos intelectuais foi a de conscientização da massa popular, além de intérpretes.

De modo geral, Pécaut (1990) sugere que a ideia de cultura política se detém a atender as expectativas de um fenômeno intergeracional, de possuírem a

mesma compreensão no processo de formação social, uma vez que ambas as gerações se colocaram como encarregadas de reorganizar de maneira racional a formação social. Sendo assim, a cultura política se manifesta no encontro das duas gerações aqui elencadas, por meio de algumas dimensões: histórica, do povo e da nação.

Cerroni (1993), ao tratar do tema, acredita em uma relação entre as instituições e a cultura política, dessa relação é que advém a constituição do conceito. Nesse sentido, por meio de uma relação dialética entre eles, Cerroni (1993) atribui à política o papel de mediar as relações humanas, uma vez que os ruídos entre teoria e prática seriam minimizados com o intuito de ofertar à política seu lugar de importância.

Para aprofundar a discussão sobre o conceito, sugere-se, para atendimento ao objetivo central do trabalho, uma reflexão a respeito da realidade brasileira. Nesse sentido, enfatiza-se que nesta dissertação escolheu-se como concepção de cultura política além daquela defendida – e já discutida – de Almond e Verba, a definição de Marcello Baquero, que “designa a síntese heterogênea e, às vezes contraditória, dos valores, informações, juízos e expectativas que conformam a identidade política dos cidadãos, dos grupos sociais e das organizações políticas” (BAQUERO, 2010, p. 7). É a partir dessa premissa cultural que, segundo o autor, resultam os hábitos, assim como os costumes e os posicionamentos que geram significados à relação existente entre Estado e a sociedade, por meio do modo que os indivíduos compreendem a política. Identificam-se, assim, dois níveis de cultura política: sendo o primeiro relacionado ao indivíduo e a forma como introjeta normas e valores no que diz respeito à política e como responde a elas, e o segundo, no qual se tem como orientação a análise dos grupos e a maneira como avaliam as instituições políticas e seus gestores.

É importante destacar que diferentemente dos Estados europeus, o Brasil jamais conseguiu, de fato, contar sua própria história, na verdade, o que se tem é uma recepção das vivências dos países do ocidente tidos como desenvolvidos. Daí que surge a necessidade de uma reflexão sobre o conceito de cultura política readequado à realidade brasileira, que leve em consideração a história, as desigualdades enfrentadas, a instabilidade política e econômica, somadas a um autoritarismo que, de forma intensa, conseguiu barrar o desenvolvimento de uma cultura política mais democrática (BAQUERO, 2001).

Ainda de acordo com o cientista político, uma corrente que predominou o pensamento político refletia sobre o impacto de elementos étnicos e culturais na formação do Brasil. “Essa abordagem, denominada culturalista, trabalhando no plano simbólico-ideológico, examinou de que forma se institucionalizou o poder político no Brasil. Dessa perspectiva, procurava encontrar as raízes do caráter nacional da nação” (BAQUERO, 2001, p. 99).

Os fatores que se destacam no que se refere a essa corrente de pensamento, tendo como principais nomes os autores Gilberto Freyre, Oliveira Viana, Joaquim Nabuco, Francisco Campo, dentre outros, têm seu ponto em comum o fato de investigarem sobre o clientelismo e sua influência, o personalismo e a falta de mobilização da sociedade no processo de fiscalização. Essa não participação foi justamente em razão da existência de governos que não a estimulavam. A partir disso é que se criou a ideia de que o Brasil não possuía a capacidade de se reestruturar, ou seja, de modificar suas estruturas, refletindo, assim, em um alto desenvolvimento econômico e, por outro lado, em uma inércia quanto ao seu desenvolvimento político.

Sales (1994) salienta a desigualdade social como um dos pontos essenciais para o entendimento da cultura política no Brasil, e ao tratar sobre essa questão, a autora buscou apresentar a construção da cidadania brasileira, denominada por ela como cidadania concedida. Ao se reportar à sociedade escravocrata, a autora nos apresenta a cultura política da dádiva, que “[...] sobreviveu ao domínio privado das fazendas e engenhos coloniais, sobreviveu à abolição da escravidão, expressou-se de uma forma peculiar no compromisso coronelista e chegou até nossos dias” (SALES, 1994, p. 21). Seu embasamento se deu por meio das relações de mando e subserviência, tendo sua consolidação logo nos primeiros séculos da formação do Brasil.

Para além disso, Sales (1994) afirma que a cidadania concedida está na base da construção do que se entende como cidadania brasileira, possuindo, também, relação com a ideia de não cidadania, ora direcionada especificamente às camadas mais baixas da sociedade, ou seja, os pobres, que possuíam total dependência dos senhores de fazenda, sendo estes detentores dos meios de produção, assim como dos direitos da real cidadania. Em contrapartida, a quebra dessa cidadania concedida defendida pela autora se deu tardiamente, somente com a expulsão do trabalhador do campo, ocorrida nos anos sessenta.

Importante evidenciar, em acordo com as ideias de Sales (1994), que a abolição da escravidão poderia ter, de fato, exercido essa quebra, no entanto, deu-se espaço para outras práticas que reforçaram a cidadania concedida, como o coronelismo, clientelismo e patronagem.

Retornando ao estudo de Baquero (2001), pode-se afirmar que o surgimento da tecnocracia contribuiu, de forma efetiva, para o desenvolvimento do Brasil a partir dos anos cinquenta, e acabou não priorizando a participação social. Dessa maneira, o que se formou foi o seguinte cenário: o núcleo de decisões estatais ficou sob os comandos dos técnicos, e a política composta por vieses e práticas clientelistas e corporativistas. A respeito desse momento, o autor afirma que “[...] o parlamento passa a desempenhar um papel historicamente secundário na esfera das grandes decisões estatais no Brasil, decorrente dessa dinâmica, a hipertrofia do poder Executivo passa a ser uma característica prevalente no Brasil” (BAQUERO, 2001, p. 99).

Ainda segundo o autor, de uma forma geral, é possível afirmar que a experiência política do Brasil tem se firmado com destaque para a predominância de governos autoritários, tendo, assim, como resultado o não incentivo às práticas participativas. Seguindo nessa ótica, é importante ressaltar que a reestruturação do sistema democrático, no caso brasileiro, foi consequência de ações de liberalização de determinados dirigentes que compunham o antigo governo, somado a negociações realizadas com as lideranças democráticas da época. Fato esse é que se teve o primeiro presidente civil escolhido por meio do Congresso sob as normas determinadas pelo regime militar, tendo como produto a votação da Constituinte de 1988, influenciada de maneira autocrata por militares e por um líder advindo do autoritarismo (MOISÉS, 2008).

3.1 Mobilizações das juventudes na cena política

Segundo Carrano (2012), uma medida para examinar a qualidade da participação dos jovens não diz respeito a apenas visualizar se eles podem ou não podem participar de determinado processo político, mas, na verdade, de compreender qual o ponto máximo que poderá ser atingido, pelos jovens, no que se refere à participação como a capacidade de influenciar as decisões.

De acordo com Novaes e Vital (2005), tem-se como comum realizar-se uma relação entre participação da juventude com foco apenas nas representações dos jovens sobre a política, assim como a participação deles na política de cunho eleitoral. As autoras afirmam que aspectos relacionados à visão do jovem sobre a política, muitas vezes negativa, e sua baixa participação nos mecanismos institucionais são sempre evidenciados, embora também sejam aspectos presentes nas afirmativas de outras faixas etárias.

Citando Helena Abramo, Novaes e Vital (2005) evidenciam que na realidade da América Latina existe um desencanto aliado a uma desilusão sobre o que se chama de “restabelecimento das democracias”, aquelas as quais não se pôde superar as mazelas sociais, como o clientelismo e a corrupção, não conseguindo também fortificar modos de participação. Dessa forma, é possível afirmar que o descrédito dos políticos e da própria política não deve ser entendido de forma separada, sem enxergar os contextos inerentes à realidade em que se está analisando.

A respeito dessa problemática, as autoras orientam que ao buscarem a especificidade do que denominam de condição juvenil: “poderíamos até dizer que viver a juventude em um tempo de aguda e propagada ‘crise de representação’ e de decomposição da crença no sistema político em vigor não é sem consequências” (NOVAES, VITAL, 2005 p. 117). No entanto, isso também pode gerar a indagação a respeito da existência de algo novo entre os jovens, na medida em que podem ser geradas novas ideias e ações que podem resultar em uma participação social.

Se é comum falar sobre a participação dos jovens nos meios convencionais da política, como os partidos políticos e os sindicatos, visualizam-se movimentações de jovens de grupos sociais diferentes, ligados à religião, esporte, música tendo como principal objetivo a modificação das comunidades locais. Dessa maneira, os grupos em questão se reúnem com o intuito de participação em mobilizações com ligações diretas ao seu setor de atuação. No entanto, Novaes e Vital (2005) atentam que na realidade da América Latina existam também jovens atuando na militância nos espaços tradicionais da política. Dessa maneira, é imprescindível, ao serem realizadas as análises, levar-se em consideração os jovens que atuam nesses diferentes espaços.

Os escritos de Alberto Melucci, ao versarem sobre a temática da atuação dos jovens, se consolidaram como de grande relevância no que diz respeito a essa

atuação na contemporaneidade. De maneira geral, o autor considera não apenas os movimentos sociais como único instrumento de demandas. Dessa maneira, se observa que a estrutura que foi capaz de moldar os movimentos sociais não permaneceu, o que oportunizou que outros movimentos, como o juvenil, ambientalista e feminista, pudessem se organizar de uma outra maneira, sendo assim mais descentralizados e horizontalizados.

Ainda de acordo com Melucci (1997), a respeito da cultura e da atuação juvenil é preciso que sejam analisadas por meio de uma perspectiva de uma macro-sociologia alinhada à compreensão das experiências pessoais vivenciadas no cotidiano. Nesse sentido, o autor observa que a juventude nos últimos anos: “tem sido um dos atores centrais em diferentes ondas de mobilização coletiva: “refiro-me a formas de ação inteiramente compostas de jovens, assim como à participação de pessoas jovens em mobilizações que também envolveram outras categorias sociais” (MELUCCI, 1997, p. 11-12). No contexto brasileiro, é possível perceber algumas mobilizações que tiveram fortes impactos na sociedade, dessa forma, acredita-se ser de fundamental importância realizar um breve percurso histórico.

Embora o direito ao voto tenha sido conquistado por meio da constituinte de 1988, efetivamente os jovens só o puderam exercer no ano seguinte. Mesmo não sendo obrigatório, cerca de 50% dos jovens compreendidos na faixa etária de 16 a 18 anos demonstraram interesse em votar ao comparecerem aos cartórios eleitorais com o intuito de obterem o título de eleitor. Quantitativamente isso representou um número estimado em mais de três milhões de jovens, sem levar em consideração ainda aqueles com idade superior aos 18 anos. Chegado o período das eleições, uma parcela considerável da juventude optou por Collor de Mello, representante da elite tradicional e do conservadorismo, o que levantou uma indagação sobre esse cenário. A questão residiu na ideia de que os jovens militantes eram mais inclinados ao apoio a partidos de esquerda, como o PT, no entanto, o que se percebeu foi que esses jovens militantes, na verdade, constituíam uma minoria dentro do universo total da juventude, não representando, assim, as vontades políticas da juventude por completa (DIAS, 2008).

Ainda na perspectiva de Dias, por mais que o também candidato a presidência da república Luís Inácio Lula da Silva tivesse garantido muitos votos por parte da juventude, percebe-se que a escolha por Collor de Mello se deu por uma perspectiva de querer o “novo” somada ao discurso de modernização do Brasil. No

entanto, não se cumpriu aquilo defendido no período eleitoral, conforme observa o autor:

Collor recebeu o voto de milhões de jovens, que estreando no cenário político sentiram-se traídos ao perceberem que apesar do discurso modernizante e inovador, Collor representava, na realidade, a velha política tradicional de favorecimento e corrupção. Desta forma, quando em 1992 surgem as primeiras denúncias de corrupção do presidente, uma parcela destes jovens considerou-se enganados e, quando o movimento pelo impeachment surge como alternativa viável, sentem-se compelidos a participar. Mesmo entendendo que grande parte dos jovens que saiu às ruas nas passeatas pró-impeachment não havia votado nas eleições de 1989 - por não terem, ainda, os 16 anos necessários para se obter o título eleitoral - deve-se levar em conta o aspecto de agressão enquanto grupo, enquanto ente coletivo, ou seja, a categoria juvenil foi traída. Mesmo que estes jovens não tenham votado em Collor, existia uma memória subjacente de apoio durante a campanha. Não houve uma “traição” ao indivíduo, mas sim ao grupo de jovens e, mais, a toda à nação. (DIAS, 2008, p. 2)

Após as denúncias de corrupção, e especificamente no dia 1º de junho, o Congresso Nacional implantou uma comissão com o objetivo de investigar as denúncias realizadas. A partir disso é que o presidente solicitou apoio da sociedade, ao pedir que as pessoas tomassem as ruas vestidas de verde e amarelo. No entanto, o que ocorreu foi que multidões de jovens vestidos de preto saíram às ruas com seus rostos pintados de verde e amarelo. Dessa forma, percebeu-se a frustração da juventude perante o não cumprimento das promessas realizadas pelo então candidato, o que solidificou a base para a construção de análises voltadas à identificação das consciências políticas presentes no movimento e suas influências.

Conforme Souza (2006), interpretar o movimento dos caras pintadas se constitui como uma tarefa bastante complexa em razão da concepção que havia sido construída e que se mantinha fortificada de que os jovens eram apáticos e não se interessavam pelas questões políticas. Dessa forma, foram obtidos dois entendimentos distintos sobre a mesma questão: de um lado, os que acreditavam no retorno do movimento estudantil e da consciência política e do outro, que vinculava as mobilizações como manipulação por parte da grande mídia. Amplamente as manifestações da juventude nessa data chamaram a atenção, seja pela compreensão como existência de um grande poder político, seja pela vinculação a uma manipulação. Nesse sentido, “o impacto das manifestações das “caras pintadas” veio reforçar a ideia de juventude como portadora de um potencial de risco ou de ameaça para a estabilidade social” (SOUZA, 2006, p. 43).

A autora afirma que essa diferenciação também ganhou espaço na academia, a exemplo das contribuições de Alberto Tossi Rodrigues (1993) e Ann Mishe (1997). Sendo o primeiro, defensor das ideias da não existência de uma vinculação direta entre os atos realizados pelo caras pintadas com o movimento estudantil. Complementarmente considera que a dinâmica dos protestos em que se tinha a participação de diferentes grupos sociais era algo conhecido da sociologia política e, assim sendo, não representaria uma novidade frente à história política do Brasil, mas reafirma a importância do estudo sobre esses acontecimentos.

Ann Mish (1997), de forma oposta, apesar de não vincular ao movimento estudantil os protestos que ocorreram em prol do impeachment de Collor, acredita na existência de uma nova consciência cidadã, o que possibilitou uma mudança de identidade, excluindo-se a identidade de estudante de anos anteriores, para dar espaço à identidade de cidadão. Nesse sentido, ela defende a ideia de que a juventude não é alienada, tampouco apática, politicamente ao considerar que estariam surgindo novos modos de ação política dos jovens. Dessa forma, a autora acredita que os jovens dos anos 80 (oitenta) não teriam conseguido efetivamente o seu ideal potencial de mobilização, em razão de não terem “identidades públicas unificadoras”. O que não ocorreu com os jovens dos anos 90, uma vez que os tais novos modos de atuação política foram oportunizados pela sua nova identidade, como cidadão e não mais identidade de estudante. Seguindo nessa perspectiva, ocorre que esses novos modos de ação política, na visão da autora, possuem vantagens, se comparados com os anteriores. Tais vantagens estariam relacionadas ao propósito, sendo assim voltadas à realidade vivenciada e deixando de serem utópicas, mostrando, assim, uma orientação política direcionada à ligação entre as demandas pessoais e às coletivas.

Outro momento em que a juventude marcou a cena nacional foi o ano de 2013, especialmente no mês de junho. Manuel Castells (2013) pondera que, de maneira totalmente inesperada e bastante natural, se apresentou uma indignação coletiva relacionada ao aumento dos preços do transporte público, que ganhou apoio considerável nas redes sociais e se estendeu em manifestações em mais de 350 cidades brasileiras.

Denominado de Passe Livre, esse movimento tinha como reivindicação inicial a defesa de direitos, especialmente do direito à mobilidade, mas para além disso, se defendia ali um direito imprescindível, o direito de ser respeitado como ser

humano, como cidadão. Segundo Castells (2013), esse respeito seria especialmente da classe política para com os cidadãos, uma vez que, assim como em muitas sociedades, a democracia vinha sendo usurpada por políticos que acreditavam que a política era apenas e exclusivamente preocupação dos políticos, e não dos cidadãos. O autor reflete, ainda, que houve uma redução da democracia, no sentido de que ela passou a ser entendida como um mercado de votos, com disputas eleitorais que são realizadas em períodos determinados, tendo como elementos principais o capital financeiro, o clientelismo e toda a movimentação feita pela mídia.

Raiva, confusão e otimismo são os sentimentos elencados por Castells (2013) como elementos fundamentais para a construção de uma concepção de muitas pessoas e de um coletivo, em razão de estarem em conexão, seja nas redes, nas ruas, na luta. Esse contexto propicia a visualização de uma nova configuração de “um mundo de virtualidade real e realidade multimodal, um mundo novo, que já não é novo, mas que as gerações mais jovens veem como seu. Um mundo que a gerontocracia dominante não entende, não conhece e que não lhe interessa...” (CASTELLS, 2013, p. 247).

Isso se dá na medida em que essa classe percebe que seus filhos e netos utilizam dessas ferramentas – internet, redes sociais – para se comunicarem, o que representa uma perda de controle, o fato de não se acompanhar e não deter essas mudanças. E na visão do autor, a gerontocracia continua a perder, pois essa “autocomunicação” de massas é responsável pela cultura da autonomia. Cultura esta em que “as palavras, as críticas e os sonhos do movimento se estendem à maior parte da sociedade.” (CASTELLS, 2013, p. 248).

Para adentrar um pouco mais sobre o tema das manifestações de 2013, que notoriamente tiveram uma grande repercussão tanto para a história do País, quanto para a mobilização das juventudes, recorreremos a Leonardo Avritzer, em sua obra *Impasses da Democracia no Brasil*, por se tratar de um importante estudo e que pode auxiliar de maneira bastante eficiente na construção de uma reflexão sobre esse momento, assim como seus desdobramentos. Nesse sentido, o autor observa que o marco inicial dessas manifestações está vinculado diretamente à ruptura do campo político da participação, que se deu, especificamente, entre os anos de 2011 e 2013. Sobre esse momento, o autor considera:

Essa ruptura foi paulatina e se deu à medida que se acumularam conflitos de movimentos sociais, tais como o ambientalista e o indígena, com o governo federal. A motivação seguinte foi a aprovação da legislação para a Copa do Mundo, que gerou muitas críticas e a mobilização de organizações que lutam pela reforma urbana, que têm vínculos históricos com o Partido dos Trabalhadores e o governo. Por fim, há o conflito entre o Movimento Passe Livre (MPL) e os governos locais. (AVRITZER, 2016, p. 66)

Ainda de acordo com esse aspecto, é importante ressaltar que o MPL se encontrava na mesma posição no que se refere aos governos do Partido dos Trabalhadores - PT, bem como outros movimentos sociais. Avritzer (2016) afirma que o surgimento desse movimento se deu no ano de 2005, composto por militantes do campo da esquerda. O MPL, posteriormente, assim como outros grupos, se afastou do governo, mas se manteve no espaço político da esquerda. Sua organização, ainda, se deu durante o Fórum Social Mundial de 2005, ocorrido em Porto Alegre, sendo produto de uma série de ações coletivas, tendo como foco a luta por melhores condições de mobilidade, de transporte público de qualidade.

Embora o MPL tivesse realizado algumas manifestações anteriores a junho de 2013, Avritzer (2016) afirma que o verdadeiro estopim foi a mobilização realizada para as referidas manifestações, o que se fortificou após a repressão policial sofrida no dia 07 de junho de 2013. Seguindo nessa perspectiva, o autor indica que a partir desse ponto é que se apresentam e se desenvolvem as manifestações posteriores a esse momento. Importante lembrar que tais movimentos têm como antecedentes e semelhanças as diretas já e os caras pintadas. Segundo Avritzer (2016, p. 67), há um elemento comum entre essas campanhas, que se trata da “tendência a ocupar e democratizar o espaço público, simbolizada pelo desígnio de “ocupar as ruas”. No capitalismo global em que vivemos, a rua é o único espaço que não tem nenhum controle econômico e nenhuma interpretação preconcebida.”

Para além desse elemento comum, a obra de Avritzer (2016) indica as diferenças que existem entre essas campanhas, e duas se tornam mais significativas. A primeira, se dá no sentido de que as mobilizações de junho terem desconstruído o controle da mídia, e de forma específica, o controle exercido pela Rede Globo nos dois períodos acima elencados. Em ambos os movimentos –diretas já e caras-pintadas – a referida rede televisa só veio a apoiar esses movimentos em sua reta final e de maneira moderada, mostrando apenas situações específicas. Já nas manifestações de junho, tem-se, na verdade, a predominância de maneira marcante das redes sociais, bem como dos sites de notícias. Dessa forma, o que se

apresenta nesse momento é uma relação entre essas redes e os grupos da grande mídia.

Já a segunda diferença reside na então ruptura do campo da participação, somado ao direcionamento das manifestações contra o governo e o PT terem se dado também nas ruas. Aqui é importante lembrar que tanto nos períodos do mensalão, ocorrido no ano de 2005, e a ação penal 470 de 2011, a então oposição não obteve bons resultados na ação de mobilizar os indivíduos para demonstrarem suas insatisfações quanto aos escândalos que se apresentavam. Diferentemente disso, em 2013, o cenário se modificou de maneira evidente, dada a capacidade do MPL de mobilizar os cidadãos a ocuparem as ruas. E esse espaço, de acordo com Avritzer (2016), de forma progressiva passou a ter, expressivamente, a presença de movimentos ligados aos ideais conservadores.

Realizadas essas ponderações, algumas informações são imprescindíveis para uma compreensão apurada a respeito desse momento histórico brasileiro. Diante disso, faz-se necessário, para além das fontes dessa mobilização, das ferramentas que oportunizaram que esses movimentos de fato pudessem acontecer, discutir o perfil dos participantes dessas campanhas, quais eram suas principais questões, como esses movimentos puderam influenciar no andamento da política nacional e quais seus reflexos para os dias atuais.

Avritzer (2016) observa que em se tratando de movimentos sociais, é possível afirmar como participantes das manifestações de 2013, o MPL e os Comitês Populares dos Atingidos pela Copa - COPACS, de maneira primária. Com isso, o autor acredita na existência de uma relação entre aqueles que iniciaram o processo de convocação dos movimentos, bem como o espaço que foi ocupado desde os anos oitenta. No entanto, ele considera que não exista uma relação, pelo menos de forma inicial, entre esses indivíduos e aqueles que participam desses movimentos desde a década de noventa, exceto em relação à faixa etária. Nesse sentido, faz-se necessário compreender, para além dos movimentos, o perfil individual desses manifestantes, que, segundo Avritzer, se configurou da seguinte forma:

Os manifestantes tinham as seguintes características socioeconômicas: a divisão entre ambos os sexos, 50% de cada um deles; 63% tinham entre 14 e 29 anos; 43% tinham curso superior completo; 24% declararam não trabalhar e 52% declararam estudar. Quando indagada a renda familiar, 23% declararam que tinham renda acima de dez salários mínimos. Esses dados permitem uma caracterização: o perfil central dos manifestantes é

composto pela classe média, principalmente pelos filhos desta. É possível que esses dados variem regionalmente, mas dados regionais não estão disponíveis para análise. (AVRITZER, 2016, p. 68)

Scherer-Warren (2014), ao tratar das demandas reivindicatórias das jornadas de junho de 2013, as divide em dois grupos: o primeiro, que diz respeito às lutas por mudanças sistêmicas, e o segundo, sobre as lutas por direitos humanos. A autora inicia a discussão argumentando a respeito do MPL, sobre a sua importância para as manifestações, e lembra que o movimento não tem seu nascimento nesse momento. Na verdade, o MPL já havia atuado na cena política desde o início dos anos 2000, não tendo como pauta única o preço de passagens, mas sim demandas que se relacionam ao direito à saúde, à educação, à mobilidade urbana e afins.

Ainda de acordo com Scherer-Warren (2014, p. 419), as manifestações de 2013 têm um ponto interessante para a reflexão que envolve os antagonismos na política, no qual observou-se: de um lado, os jovens do MPL defendendo políticas de sentido emancipatório e lutando por mudanças sistêmicas e político-culturais; de outro, alguns grupos de jovens médicos se opondo a uma política pública (Mais Médicos)". Além desse antagonismo, a autora cita, como outro exemplo, a forma de atuação política entre os grupos, na qual alguns usavam da violência para expressar suas insatisfações e outros que preferiam utilizar de simbologias. De forma geral, Scherer-Warren (2014, p.420) avalia que esses últimos acontecimentos revelam uma reação ao "status quo social ou político na sociedade brasileira do que propriamente propositivas ou transmissoras de utopias bem definidas para a mudança social."

No que se refere às lutas por direitos humanos, Scherer-Warren (2014) argumenta que em razão da grande variedade de atores que se mobilizaram durante o período em ênfase, tanto se elevou o número de aderentes ao movimento, quanto as pautas de reivindicação no que concerne à esfera dos direitos humanos. A partir dessa perspectiva, se coloca como primeira pauta o direito à liberdade de expressão e de participação política. E com ela também são evidenciados dois conflitos que marcaram esse momento, relacionados a dois sistemas, sendo eles: o de informação e o político-partidário.

No sistema de informação, Scherer-Warren (2014) observa a presença de algumas ferramentas que foram de fundamental importância, como as redes sociais virtuais, as redes sociais presenciais e as mídias. Segundo a autora, a juventude

vem se colocando de maneira cada vez mais constante por meio da internet, em especial, pelas redes sociais. Porém, deve-se atentar que, na verdade, isso é apenas um meio, o que não dá margem para explicação do sentido político, podendo, também, esse sentido, ser de caráter conflituoso ou mesmo adverso dentro da mesma rede de comunicação. Embora se apresentem os posicionamentos na rede social, Scherer-Warren defende a ideia de que de maneira bastante rara não se tem um aprofundamento em termos de debate sobre aquilo que se expõe, isso por outro lado, ocorre nas chamadas “sub-redes” ao se comunicarem com outras sub-redes. No que tange às redes presenciais dos movimentos sociais, a autora argumenta que eles possuem uma atribuição político-pedagógica de fundamental importância, da forma a contribuir com o andamento e aprofundamento dos diálogos.

Por outro lado, vale ressaltar que a mídia teve uma função claramente dúbia durante as jornadas de 2013. Scherer-Warren (2014) atenta que marcadamente ao longo da história, seu papel foi o de criminalizar os movimentos sociais, se reportando de forma específica, desde o período da ditadura até os dias recentes. Sobre esse aspecto, a autora releva que, de certa forma, ela se desobrigou de se reportar às manifestações e aos próprios manifestantes em razão de um “deslumbre em relação às vozes da rua e, finalmente, uma atitude que revela não saber claramente como agir em relação à criminalização ou não dos manifestantes, como no caso do Black Bloc.” (SCHERER-WARREN, 204, p. 420).

No que tange ao sistema político, Scherer-Warren (2014) analisa que os atos tiveram como foco o combate à corrupção, bem como o parlamento em sua forma de operação. No entanto, embora apresentada uma proposta, por parte do governo, para a realização de um plebiscito com o intuito de buscar alternativas concretas para mudanças de cunho institucional, o que realmente se teve foi resistência por parte dos parlamentares. A autora indica, de forma complementar, que as pautas no espaço das políticas sociais puderam ser consideradas como gerais, o que não estimulou, assim, uma discussão a respeito dessas questões. Porém, é importante evidenciar que a única exceção à regra se deu em relação ao Programa Mais Médicos, como salienta Scherer-Warren, uma vez que ele possibilitou uma ruptura entre a própria categoria profissional.

No Ceará, e mais especificamente na capital, Fortaleza, é importante recordar o momento do dia 19 de junho de 2013, que, segundo o jornal Tribuna do Norte, nesse dia, a cidade foi palco de grandes manifestações. De modo mais específico,

pouco tempo antes da partida de futebol entre Brasil e México, os manifestantes, em sua maioria jovens, se reuniram na Avenida Alberto Craveiro contra a realização da copa das confederações e a copa do mundo. Estimou-se que cerca de 30 mil pessoas participaram do ato, que finalizou com um confronto direto entre a polícia e os manifestantes. Ainda nesse período, destaca-se também a atuação do Movimento Fortaleza Apavorada (MAF) e o Movimento Ocupe o Cocó (MOC), que tiveram apoio significativo das juventudes, conforme aponta a dissertação de mestrado de Carolina Carneiro Rocha (2015) sobre as juventudes e as jornadas de junho.

Dentre suas principais reivindicações, o MAF tinha como propósito norteador a efetivação de políticas públicas de segurança na cidade de Fortaleza, sendo depois criticado por ter visões restritas de segurança pública, como defesa do aumento do número de policiais militares nas ruas, não refletindo sobre questões macro e estruturais referentes ao tema da violência. Já o MOC priorizava a discussão sobre a preservação do Parque do Cocó, tendo início após a derrubada de diversas árvores do parque, sendo justificada pela construção de um viaduto posteriormente às manifestações de junho. O movimento contou com acampamentos no espaço e desocupações com utilização de força, por um período de mais de 80 dias. Sendo criticado por aqueles que defendiam as obras como forma de melhorar a situação do trânsito na cidade, o MOC promoveu ainda debates sobre algumas pautas importantes e necessárias para o município e sociedade cearense, como mobilidade urbana, participação social e alocação de recursos e, principalmente, do direito de todos à cidade (ROCHA, 2015).

Marca também o período de intensas mobilizações o ano de 2016, no qual o Estado Democrático de Direito foi vítima de um golpe político e que teve como finalidade e consequência o *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff (2011-2016). Um grande acordo nacional que envolvia o Congresso, o Supremo Tribunal Federal e o vice-presidente Michel Temer (2016-2019), motivados pelas chamadas pedaladas fiscais como fator primordial para a destituição da presidenta. Diante disso, o cenário caótico se apresentava entre aqueles que apoiavam o *impeachment* e aqueles que defendiam a permanência de Dilma. A onda de protestos logo se intensificou em todas as partes do País. No Ceará, e especialmente Fortaleza, também se teve a organização de tais mobilizações, no entanto com um fator de diferenciação: a dancinha. Por meio da dança, um grupo de

pessoas na Praça Portugal, com os rostos pintados de verde e amarelo e sincronizadas, gritava palavras de ordem e oposição à esquerda brasileira, enaltecendo o patriotismo e enfatizando a aversão aos políticos como Lula e Dilma e ao Partido dos Trabalhadores. O vídeo dos manifestantes viralizou nas redes sociais. O movimento que se denominou “Consciência Patriótica” era formado, em sua maioria, por jovens de classe média e alinhados com as ideias políticas de direita, fazendo uso da dança para demonstrar suas insatisfações e vontades políticas. Mais tarde, em 2018, o mesmo grupo voltou às ruas da capital cearense com uma nova coreografia, mas dessa vez em apoio à candidatura de Jair Messias Bolsonaro à Presidência da República, após este sofrer um ataque com uma faca em ato no município de Juiz de Fora - MG.

Esses dois eventos revelam muito sobre o posicionamento de parcela das juventudes frente ao cenário político. Posicionamento este alinhado aos valores de patriotismo, de negação a tudo relacionado à esquerda e, especialmente, ao Partido dos Trabalhadores e suas principais figuras. Ao mesmo tempo em que também revela uma nova forma de transmitir a mensagem sobre aquilo que está sendo debatido, vivenciado, por meio da dança, na medida em que também faz uso de um instrumento de alcance bastante extenso que é a internet.

Seguindo na perspectiva da cena cearense, é imprescindível enfatizar a eleição de André Fernandes como o deputado estadual mais votado e mais jovem. O cearense que nasceu em Iguatu contava com cerca de meio milhão de inscritos em seu canal do Youtube e mais de 1,5 milhão de seguidores no Facebook. Ganhou notoriedade no ano de 2017, a partir de um vídeo em que criticava os programas sociais ofertados no governo do PT. Mais tarde também teve vídeo viralizado em que criticava o ex-governador do estado do Ceará, Camilo Santana, em razão do aumento do número de casos de homicídios no estado. Por intermédio do “Endireita Ceará”, movimento formado por apoiadores de Jair Bolsonaro no Ceará, visitou diversas cidades do estado, promovendo palestras. Dentre suas pautas estavam a luta contra o aborto, a ideologia de gênero e defesa da polícia militar, além de apoio incondicional às ideias e propostas do então candidato Jair Bolsonaro, conforme indica o trabalho de Rafael da Silva (2020).

Nesse sentido, podemos observar que a eleição de André Fernandes representa a predominância das pautas morais em detrimento do discurso político e econômico, como indica da Silva (2020). Dessa forma, percebe-se uma identificação

para com essas pautas, especialmente no momento de cristalização entre o que se tem como ideais de esquerda e direita. As 109.742 pessoas que votaram em André Fernandes representam, assim, parcela da sociedade – e das juventudes – que viram nas indignações enfatizadas pelo jovem uma concordância com aquilo que as afligem.

Levando em consideração o que aqui já foi exposto a respeito das jornadas de junho de 2013 e das demais movimentações que a partir dela foram motivadas, pode-se afirmar que este momento histórico se configurou como um marco no que diz respeito à participação da juventude, na verdade, a sua nova forma de participar. Importante lembrar que estas fogem das formas convencionais, por exemplo, a filiação a partidos políticos, dando espaço, assim, para a internet, a comunicação em redes, a uma participação muito direcionada à horizontalidade, ao entendimento de um propósito comum e, por conseguinte, a não representação apenas de uma figura de um líder, ou mesmo de alguns poucos indivíduos, mas a ideia de coletivos.

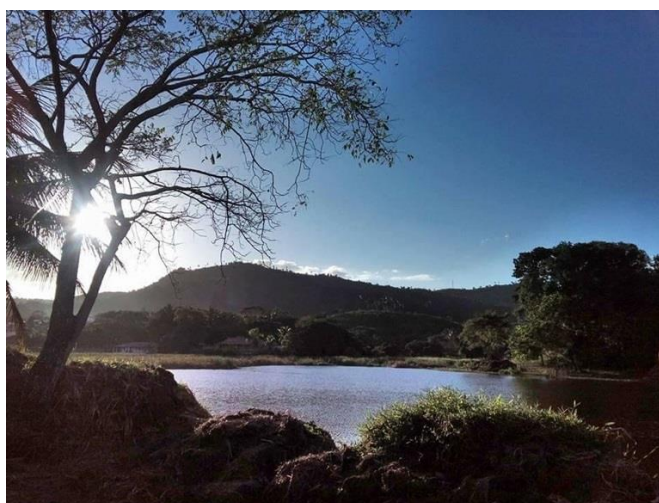
Para seguir com a análise da participação dos jovens, propõe-se que seja feita, de forma anterior, uma sucinta apresentação do lócus da pesquisa, aqui, especificamente, sobre o município de Palmácia, onde será enfatizada um pouco de sua história e dados pertinentes.

4 CONHECENDO PALMÁCIA E OS SUJEITOS DA PESQUISA

Com o propósito de situar o leitor a respeito do campo de estudo do presente trabalho, observamos como de fundamental importância realizar uma breve contextualização a respeito do município de Palmácia. Dessa maneira, de acordo com informações obtidas no site do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística⁸ e o portal do município⁹, é possível afirmar que os registros apontam que o local em que está situada a cidade teve sua ocupação iniciada a partir do século XVIII, no período em que o estado do Ceará e os demais estados do Nordeste passavam por uma seca profunda.

Com isso, o povo de Baturité decidiu se abrigar na região serrana, especialmente onde se localiza o município em questão. No entanto, ao fim da seca, os índios retornaram para seu local de origem. Sendo assim, apenas anos depois, Palmácia foi ocupada novamente, no período de sobras das sesmarias, que datam a partir do ano de 1775. A história da cidade também é marcada por momentos marcantes, como o fato de D. Pedro II ter ordenado a construção de um açude como forma de atuar sobre o problema enfrentado, em razão da seca dos três setes (1877-1879). Sendo assim, a Comissão Científica do Nordeste foi até o local e estudou a viabilidade da obra, iniciada no ano de 1878 e concluída em três anos, passando a ser chamado de “Açude da Comissão”.

Figura 2 - Açude da Comissão



Fonte: página do Facebook de Crisanto Carvalho

⁸ IBGE CIDADES. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/palmacia>. Acesso em: 10 mar. 2021.

⁹ Portal do Município. Disponível em: <https://www.palmacia.ce.gov.br/> Acesso em: 10 mar. 2021

Outro fato curioso e que vale ser ressaltado em relação à história do município, diz respeito a um animal que as pessoas acreditavam ser um réptil pré-histórico, noticiado, inclusive, na imprensa no ano de 1966. Se tratava de um jacaré, que foi empalhado e exposto ao público na biblioteca municipal. O animal passou a ser chamado de “Bicho da Água Verde”, em razão de ter sido encontrado em uma localidade da cidade.

Figura 3 - Bicho da Água Verde



Fonte: comunidade “Palmácia” no Facebook

O município foi criado efetivamente com o nome “Palmeiras”, por meio do Ato Provincial de 06 de novembro de 1862, como distrito com subordinação à cidade de Maranguape. Só então, no ano de 1950, é que o distrito passou a ser denominado de Palmácia e em 1957 veio a ser legalmente um município. Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, em sua história, Palmácia teve 69 vereadores e 14 prefeitos, vinculados a partidos como PSD, PSP, ARENA, PDS, PMDB, PSDB, PDT, PRB, PT, PPL, PROS e MDB. Atualmente a cidade possui um número total de 8.515 eleitores. Ela também conta com 8 conselhos, sendo eles: Conselho Municipal Assistência Social (CMAS), Conselhos do Sistema de Educação (CME), Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), Conselho Municipal do Turismo (CMTUR), Conselho Municipal da Cultura (CMC), Conselho Municipal da Saúde (CMS), Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho Tutelar.

Localizada a 74 quilômetros da capital Fortaleza, no norte cearense, possuindo uma população estimada de 13.439 habitantes em 2020, densidade demográfica de 101,90 hab./km² e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de 0,622, Palmácia se configura como um município de pequeno porte, onde se tem como principal atividade econômica o comércio local e a agropecuária, conforme dados do IPECE¹⁰ (2017). A religiosidade é uma marca do município, predominantemente católica, conforme apontam dados do IBGE¹¹, em que se tem um número de 10.825 católicos, representando cerca de 90% da população total.

Figura 4 - Igreja Matriz de Palmácia



Fonte: página do Instagram de Geris Ferreira

As festas tradicionais também são notoriamente um ponto de destaque, como o carnaval, os festejos juninos, o “Xamegão”, a semana de aniversário do município e as festas do padroeiro.

¹⁰ Perfil Municipal. Disponível em:

https://www.ipece.ce.gov.br/wpcontent/uploads/sites/45/2018/09/Palmacia_2017.pdf. Acesso em: 10 mar. 2021.

¹¹ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/palmacia/pesquisa/23/22107>

Figura 5 - Quadrilha Luar Serrano, Festival Junino de Palmácia



Fonte: comunidade Palmácia de todos no Facebook

O município também é conhecido pelo seu clima serrano e suas belas paisagens naturais, como as cachoeiras, formações rochosas, a exemplo da Pedra do Bacamarte, e as trilhas realizadas nas áreas de Mata Atlântica. Na literatura, o destaque vai para Paulo Sampaio Rocha e José Rebouças Macambira no desenvolvimento de importantes obras que compõem o acervo cultural e científico da cidade. Findada a contextualização a respeito do município e sua história, além dos principais pontos de destaque, sigamos com a caracterização dos jovens participantes da pesquisa.

4.1 Caracterização do perfil dos jovens

Para iniciar a discussão a respeito dos jovens membros dos grupos aqui analisados (estudantil, cultural e religioso), considera-se de fundamental importância realizar uma contextualização a respeito do perfil de tais jovens. Com isso, pretende-se localizar o leitor sobre aspectos relacionados à renda, cor, idade e escolaridade, para conhecer de quais jovens estamos tratando.

Importante frisar que em um primeiro momento foi estabelecido contato direto com integrantes de cada um dos grupos evidenciados e apresentado o objetivo da pesquisa, além de informado que o instrumento de coleta dos dados seria um questionário. Posteriormente, foi enviado o link via WhatsApp e Instagram com o

questionário eletrônico e o termo de consentimento para os integrantes, solicitando que fossem encaminhados para os demais membros dos grupos. Em um segundo momento foram realizadas entrevistas com dois integrantes de cada grupo, por conveniência, para se obter respostas subjetivas a respeito dos fenômenos subjetivos. Foram obtidos um total de 29 respostas ao questionário eletrônico disponibilizado, que representam cerca de 60% do número total de jovens participantes dos grupos mencionados. Sobre o primeiro aspecto, idade, na tabela 1 constam os quantitativos totais.

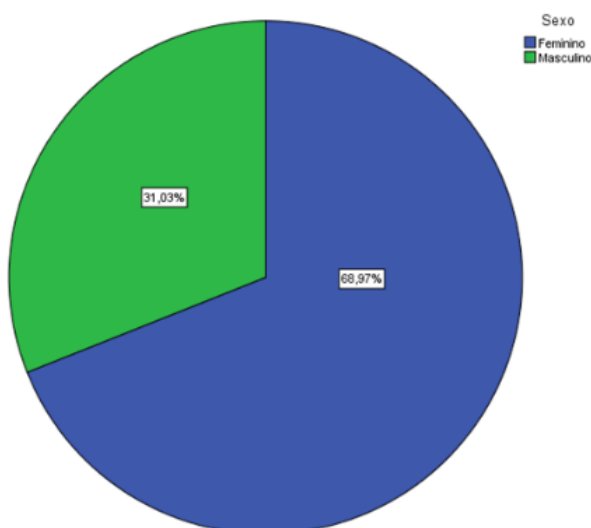
Tabela 1 - Idade dos participantes

Idade	Frequência	%
15	2	6,9
16	5	17,2
17	6	20,7
18	5	17,2
20	4	13,8
21	2	6,9
23	3	10,3
27	1	3,4
28	1	3,4
Total	29	100

Fonte: elaborado pelo autor

A partir da observação dos dados apresentados na tabela, verifica-se que a maior parte do grupo está na faixa etária de 16 a 20 anos de idade. No que se referente ao sexo, foi criado o gráfico abaixo que demonstra os dados obtidos.

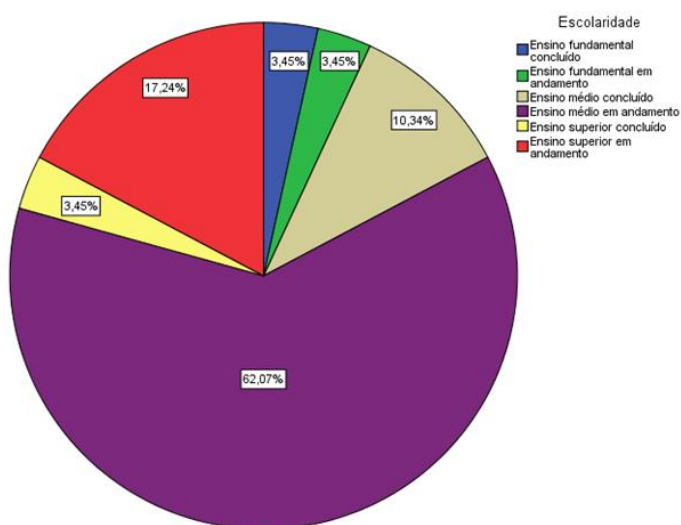
Gráfico 2 - Sexo



Fonte: elaborado pelo autor

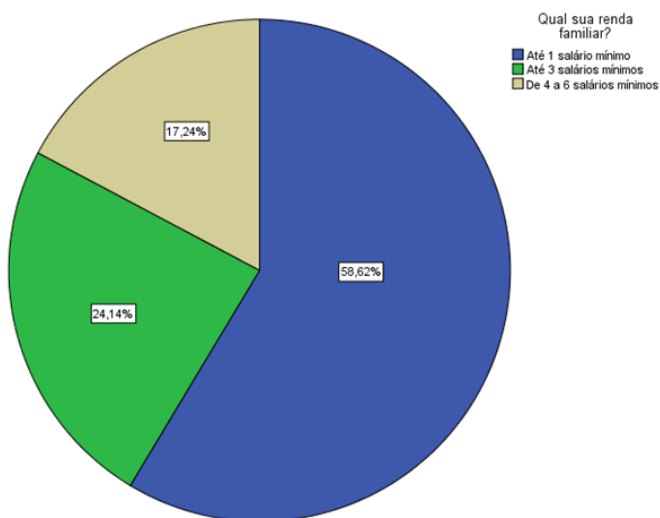
Dentre os participantes da pesquisa, 68,97% se consideram do sexo feminino, o que representa um número absoluto de 20 participantes. Por outro lado, 31,03% se consideram do sexo masculino, representando, assim, um total de nove participantes. Nota-se uma predominância dos participantes serem do sexo feminino. A respeito da escolaridade, visualiza-se:

Gráfico 3 - Escolaridade



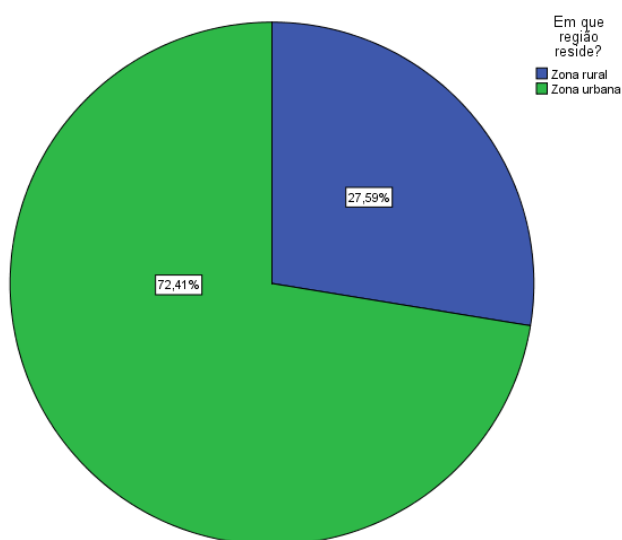
Fonte: elaborado pelo autor

62,07% dos participantes afirmaram estar cursando o ensino médio, 17,24% estão cursando o ensino superior, 10,45% concluíram o ensino médio, 3,45% concluíram o ensino fundamental, 3,45% estão concluindo o ensino fundamental e 3,45% concluíram o ensino superior. Sendo assim, é possível afirmar que a maioria dos jovens está cursando o ensino médio. Em relação à renda, tem-se a seguinte configuração:

Gráfico 4 - Renda

Fonte: elaborado pelo autor

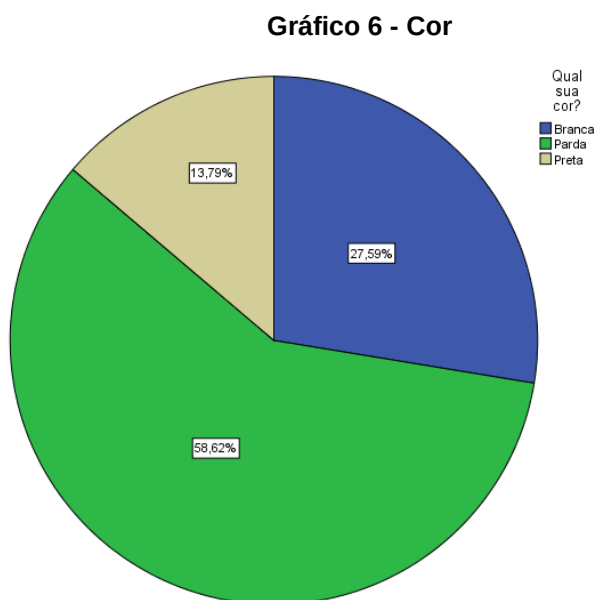
58,62% dos participantes possuem renda familiar de até um salário-mínimo, 24,14% têm renda de até três salários-mínimos, enquanto 17,24% vivem com uma renda familiar entre quatro e seis salários-mínimos. Em suma, pode-se dizer que os jovens são em maior número pertencentes à classe social baixa, vivendo com até um salário-mínimo. No que tange à região, encontra-se:

Gráfico 5 - Zona

Fonte: elaborado pelo autor

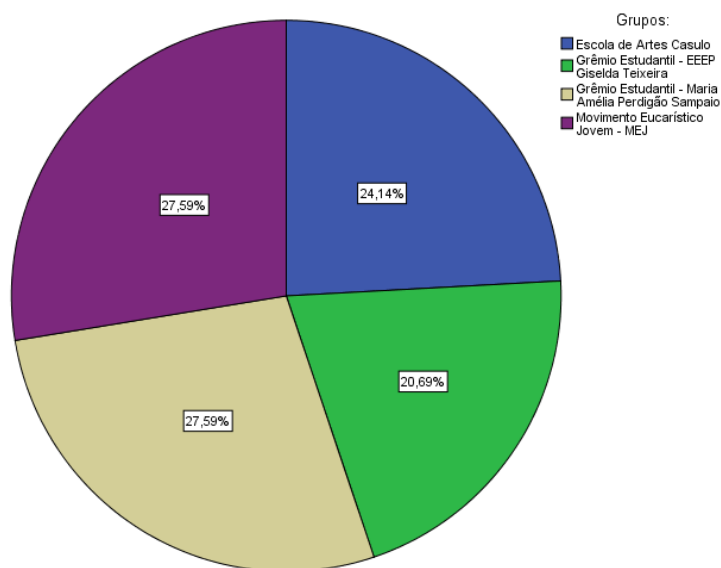
72,41% dos respondentes da pesquisa afirmaram residir na zona urbana de Palmácia, enquanto 27,59% disseram residir na zona rural. Observa-se que os

jovens participantes da pesquisa estão alocados na zona urbana da cidade. Vale ressaltar que de acordo com o último censo realizado pelo IBGE, a maior parte da população de Palmácia está localizada na zona rural, cerca de 58,71% enquanto 41,29% residem na zona urbana. Em relação a cor, obteve-se:



Fonte: elaborado pelo autor

58,62% dos jovens afirmaram ser da cor parda, 27,59% se declararam brancos e 13,79% pretos. Findada a apresentação dos quantitativos obtidos em relação aos questionamentos relacionados ao perfil dos jovens, podemos afirmar que se trata de jovens em sua maioria pertencentes a faixa etária de 16 a 18 anos de idade, do sexo feminino, de cor parda, que estão cursando o ensino médio, de classe baixa, com renda familiar de até o um salário-mínimo e que residem na zona urbana do município de Palmácia. Em relação aos grupos em que os participantes estão inseridos, tem-se a seguinte configuração:

Gráfico 7 - Grupos

Fonte: elaborado pelo autor

27,59% (oito participantes) estão inseridos no Movimento Eucarístico Jovem - MEJ, também 27,59% (oito participantes) são membros do Grêmio Estudantil da Escola Maria Amélia Perdigão Sampaio, 24,14% (sete participantes) são alunos da Escola de Artes Casulo e 20,69% (seis participantes) são membros do Grêmio Estudantil da Escola Estadual de Ensino Profissionalizante Giselda Teixeira.

4.2 Compreensões sobre política e participação política: como se posicionam os jovens?

Para compreender como os grupos abordam as questões relacionadas à política e à participação política, foram construídas tabelas a partir dos dados encontrados para assim facilitar o entendimento do leitor e a construção das análises. Sendo assim, visualiza-se na tabela 2, a frequência de reflexões sobre o cenário políticos atual nos grupos.

Tabela 2 - Com qual frequência o grupo que você participa estimula reflexões a respeito do cenário político atual?

Grupo	Às vezes	Frequentemente	Nunca	Raramente	Sempre	Total
Escola de Artes Casulo	13,80%			10,30%		24,10%

Grêmio Estudantil - EEEP Giselda Teixeira	6,90%	3,40%	3,40%	6,90%		20,70%
Grêmio Estudantil - Maria Amélia Perdigão Sampaio	17,20%			6,90%	3,40%	27,60%
Movimento Eucarístico Jovem - MEJ	3,40%		10,30%	13,80%		27,60%
Total	41,40%	3,40%	13,80%	37,90%	3,40%	100,00%

Fonte: elaborado pelo autor

A partir do cruzamento dos dados, pode-se indicar que o Grupo Escola de Artes Casulo, de acordo com os participantes, estimula raramente (13,8%) ou às vezes (10,3%) debates a respeito da política atual. O Grêmio Estudantil da EEEP Giselda Teixeira, segundo seus integrantes, reflete às vezes (6,9%), (3,4%) frequentemente, (3,4%) nunca e (6,9%) raramente. Por outro lado, os participantes do Grêmio da Escola Maria Amélia Perdigão Sampaio indicam que a reflexão sobre os aspectos políticos ocorre às vezes (17,2%), raramente (6,9%) e sempre (3,4%). Sobre o MEJ, visualiza-se: às vezes (3,4%), nunca (10,3%) e (13,8%) raramente. Dessa maneira, percebe-se que as reflexões a respeito do cenário político atual na maioria dos grupos ocorrem de modo menos frequente. Correlacionando com a literatura, especialmente com as ideias de Claudia Mayorga (2011), nota-se que os dados acima apresentados fogem um pouco da ordem vigente na contemporaneidade em que os jovens têm sido constantemente analisados como sujeitos com níveis baixos de interesse pelas questões políticas. A autora também pondera que os jovens são analisados como indivíduos que não se mobilizam, objetivando ações coletivas com um propósito comum, o que também destoa dos dados encontrados a partir do questionamento que se aborda logo abaixo na tabela 3.

Tabela 3 - Com qual frequência o grupo que você participa/realiza alguma mobilização com objetivos voltados ao interesse comum dos participantes?

Grupo	Às vezes	Frequentemente	Nunca	Raramente	Sempre	Total
Escola de Artes Casulo	10,3%	3,4%		3,4%	6,9%	24,1%

Grêmio Estudantil – EEEP Giselda Teixeira	10,3%	6,9%		3,4%		20,7%
Grêmio Estudantil – Maria Amélia Perdigão Sampaio	10,3%	6,9%	3,4%	3,4%	3,4%	27,6%
Movimento Eucarístico Jovem – MEJ	6,9%	10,3%	3,4%	3,4%	3,4%	27,6%
Total	37,9%	27,6%	6,9%	13,8%	13,8%	100,0%

Fonte: elaborado pelo autor

Indagados a respeito de mobilizações estimuladas pelo grupo em que estão inclusos, os participantes da Escola de Artes Casulo indicaram que isso ocorre às vezes (10,3%), frequentemente (3,4%) raramente (3,4%) e sempre (6,9%). Já no que se refere ao Grêmio Estudantil da Escola Giselda Teixeira, os membros afirmaram a ocorrência às vezes (10,3%), frequentemente (6,9%), raramente (3,4%). Os integrantes do Grêmio Estudantil da Escola Maria Amélia Perdigão Sampaio, por outro lado, afirmaram ocorrer às vezes (10,3%), frequentemente (6,9%), nunca (3,4%), raramente (3,4%) e sempre (3,4%). Por último, os representantes do Movimento Eucarístico Jovem selecionaram a opção às vezes (6,9%), frequentemente (10,3%), nunca (3,4%), raramente (3,4%) e sempre (3,4%). Com isso, pode-se dizer que a maioria dos jovens afirmou que o grupo que participam já realizou algum tipo de mobilização com foco ao alcance de um propósito comum.

Aprofundando, por intermédio das entrevistas, os jovens foram questionados sobre o entendimento a respeito da política. Escolheram-se nomes fictícios para fazer referências as falas. Helen (16 anos), aluna da Escola de Artes Casulo, vincula o conceito à ideia de justiça social. Jéssica (21 anos), também da referida escola, o percebe alinhado à perspectiva de justiça social, mas refletindo em âmbito local, considera que no município essa ideia não se aplica. Ela cita que apenas algumas pessoas são beneficiadas pelo governo municipal, enquanto alguns grupos são deixados de lado.

Maria (16 anos), integrante do Grêmio Estudantil da EEEP Giselda Teixeira, discorre que a política diz respeito à capacidade de conseguir que as vozes de diversas pessoas sejam ouvidas. Joana (17 anos), também membro do referido Grêmio Estudantil, acredita que a política seja um movimento criado para representar as pessoas e governar.

Aline (17 anos), que integra o Grêmio Estudantil da Escola Maria Amélia Perdigão Sampaio percebe o conceito a partir da ideia de democracia, na qual se tem o direito de votar e escolher o seu representante. Já Lucas (16 anos), do mesmo grupo, observa que a política diz respeito às regras, convivência e opiniões diferentes.

Ainda nessa questão, Felipe (21 anos), do Movimento Eucarístico Jovem, afirma que política é uma forma de darmos a nossa opinião e, assim, escolhermos o que é de melhor de acordo com os benefícios oferecidos por determinado candidato. Jorge (20 anos), também do mesmo grupo, defende a ideia da política como uma consciência comum e individual de todo ser humano que é projetada na sociedade.

Assim como nos resultados obtidos, na pesquisa de Marcos Ribeiro Mesquita et. al. (2016), as concepções que os jovens possuem a respeito da política se caracterizam como de fato bastante diferentes, heterogêneas. Embora carregadas de diferenciações, é notório que há alguns pontos de congruência e ligação com esferas participativas. Nesse sentido, identifica-se que tais concepções podem ser relacionadas especialmente com a visão clássica da política eleitoral, além dela como alicerce para as relações sociais, no qual tudo é entendido como político. Por fim, cita-se a política por um viés de transformação social, assim como algo pessoal. Em prosseguimento, tem-se na tabela 4 o questionamento a respeito do que os jovens consideram enquanto participar politicamente.

Tabela 4 - Para você, o que é participar politicamente?

Grupo	Acompanhar as decisões do poder público	Filiar-se a um partido político	Ir a audiência públicas, fóruns, conselhos gestores, participar da elaboração do orçamento municipal	Ir a manifestações públicas	Votar	Total
Escola de Artes Casulo Grêmio Estudantil	10,3%		6,9%		6,9%	24,1%
– EEEP Giselda Teixeira Grêmio Estudantil		3,4%		3,4%	13,8%	20,7%
– Maria Amélia	20,7%		3,4%		3,4%	27,6%

Perdigão Sampaio Movimento Eucarístico Jovem – MEJ	10,3%			3,4%	13,8%	27,6%
Total	41,4%	3,4%	10,3%	6,9%	37,9%	100,0%

Fonte: elaborado pelo autor

Sobre o questionamento a respeito do que para eles seria participar politicamente, os jovens da Escola de Artes Casulo entendem como acompanhamento das decisões do poder público (10,3%), utilizar-se dos mecanismos como audiências, conselhos etc. (6,9%), e votar (6,9%). Os integrantes do Grêmio Estudantil da EEEP Giselda Teixeira acreditam em filiação a partidos políticos (3,4%), ir a manifestações públicas (3,4%) e votar (13,8%). Já os que compõem o Grêmio Estudantil da Escola Maria Amélia Perdigão Sampaio acreditam que se trata de acompanhar as decisões do poder público (20,7%), fazer o uso dos mecanismos como audiências, conselhos etc. (3,4%) e votar (3,4%). Os participantes do Movimento Eucarístico Jovem acreditam em acompanhamento das decisões do poder público (10,3%), ir a manifestações públicas (3,4%) e votar (13,8%). Sendo assim, fica evidente que a maioria dos jovens acredita que participar politicamente seja acompanhar as decisões do poder público e exercer o direito ao voto, o que revela o entendimento e vinculação dos jovens a uma participação mais institucionalizada. Como indica Mesquita e Oliveira (2013), a participação passa a ser traduzida necessariamente pela imersão em espaços tidos como formais da política. “Passa também pelo reconhecimento dos canais institucionais como espaços de disputa – de ideias, projetos e modelos de sociedade – e de ampliação da democracia” (MESQUITA, OLIVEIRA, 2013, p. 381).

Por outro lado, Baquero (2001) indica que no Brasil se tem uma baixa participação política, vinculada ainda apenas ao voto, culminando, assim, em uma cultura política com acentuado desafeto pela participação. Visualiza-se de acordo com os dados obtidos uma concepção de participação vinculada à figura do Estado, especialmente no acompanhamento de suas decisões e por meio do voto.

Em continuidade, lançou-se a pergunta se os jovens conheciam alguma prática da prefeitura que visasse à inclusão deles nos processos de decisão. Foram obtidos os dados contidos na tabela 5.

Tabela 5 - Você conhece alguma prática da prefeitura que visa incluir os jovens nos processos decisórios?

Grupo	Não	Sim	Total
Escola de Artes Casulo	17,2%	6,9%	24,1%
Grêmio Estudantil – EEEP Giselda Teixeira	17,2%	3,4%	20,7%
Grêmio Estudantil – Maria Amélia Perdigão Sampaio	20,7%	6,9%	27,6%
Movimento Eucarístico Jovem – MEJ	24,1%	3,4%	27,6%
Total	79,3%	20,7%	100,0%

Fonte: elaborado pelo autor

Percebe-se que 79,3% dos jovens afirmaram não conhecer, enquanto 20,7% responderam positivamente. No que tange ao quantitativo dos grupos, nota-se uma predominância do não conhecimento de prática com o intuito de inclusão dos jovens, se sobressaindo o grupo MEJ. Os dados direcionam a uma interpretação de que a prefeitura não possui uma ação ou uma política pública forte e consolidada com o intuito de fomentar a participação dos jovens no que diz respeito às questões públicas do município. Na tabela 6, encontram-se os dados obtidos a partir da indagação em que se questionou a abertura da prefeitura para as questões relacionadas a juventude.

Tabela 6 - Você acha que a prefeitura está aberta a ouvir as demandas/pautas/reivindicações da juventude?

Grupo	Não	Sim	Total
Escola de Artes Casulo	13,8%	10,3%	24,1%
Grêmio Estudantil – EEEP Giselda Teixeira	3,4%	17,2%	20,7%
Grêmio Estudantil – Maria Amélia Perdigão Sampaio	10,3%	17,2%	27,6%
Movimento Eucarístico Jovem – MEJ	13,8%	13,8%	27,6%
Total	41,4%	58,6%	100,0%

Fonte: elaborado pelo autor

Por outro lado, ao serem indagados sobre o posicionamento em relação à provável abertura de escuta das pautas da juventude por parte da prefeitura, a maioria dos jovens afirmou que sim 58,6%, enquanto 41,4% afirmaram que não. Dentre os grupos, destacam-se os membros da Escola de Artes Casulo, com o maior percentual daqueles que responderam não, já os grupos dos grêmios estudantis são aqueles com maior percentual de afirmação.

Levando em consideração as duas tabelas apresentadas anteriormente e realizando uma comparação entre ambas, é possível afirmar a existência de um cenário conflitante. Na medida em que os jovens afirmam não conhecer uma ação em específico que colabore com a inclusão deles nos processos decisórios públicos, eles também afirmam, em sua maioria, que a prefeitura está aberta a ouvi-los. Nesse sentido, o que se constata a partir dos dados é que existe uma baixa preocupação por parte da prefeitura com as questões relacionadas à participação do jovem na esfera pública, embora ela esteja aberta a receber suas indignações.

Prosseguindo, os jovens foram indagados sobre a seguinte questão: “na sua opinião, há questões que sempre deveriam ser postas em debate com a população? Quais?”. Helen, para responder à pergunta, relembra a situação vivenciada em sua comunidade, que, segundo ela, é mais distante do centro de Palmácia, o que contribui para o esquecimento por parte da prefeitura municipal, ao ponto de os próprios moradores terem que realizar atividades inerentes ao poder público. Para exemplificar, ela cita o caso em que seu pai teve que consertar o canal da comunidade, uma vez que o acesso ao local estava ainda mais difícil. Jéssica, acredita que sim, uma vez que o governo “tem que ser de todos e não beneficiar apenas alguns grupos sociais”, salienta ainda que a área da educação poderia ser mais bem trabalhada, o que possibilitaria um maior número de oportunidades para a juventude. Maria defende que o tema da participação da juventude deveria ter mais atenção e ser colocada em debate. Joana afirma que aspectos relacionados à ideia de igualdade deveriam ser postos em debate. Aline, por outro lado, acredita que todas as questões públicas deveriam ser colocadas em discussão, dado que com isso teriam um maior número de ideias e medidas mais assertivas para contribuir com a melhoria da vida das pessoas. Lucas entende que o tema da mulher na política poderia ter um maior número de debates. Felipe cita que o debate deveria ser sobre as obras públicas. Para Jorge, se todos são seres políticos e fazem parte

da massa, todos deveriam estar a par de todas as decisões, questões ambientais, financeiras, de saúde, assistência social, infraestrutura, transportes, turismo e diversas outras áreas da organização política.

A partir da pergunta “você lembra de alguma coisa feita na cidade, que, em sua opinião, teria sido diferente se a população tivesse sido escutada? O que?” foram obtidas as seguintes respostas: Helen acredita que muitas ações poderiam ter tido outro resultado com a participação da população, especialmente aquelas ligadas à infraestrutura da cidade, no qual existem locais que possuem um acesso bastante precário e são desassistidas. Jéssica também acredita que a realidade seria diferente se a população fosse ouvida constantemente e não apenas no período eleitoral, momento em que são feitas promessas e que, segundo ela, dificilmente são cumpridas. Joana afirma que o acesso da zona rural para o centro da cidade, bastante dificultoso. Já Aline citou a questão ambiental relacionada às queimadas e a falta de uma coleta seletiva. Felipe, por outro lado, relembra a pavimentação de uma rua central, que fica próxima à escola Maria Amélia Perdigão Sampaio que contribuiu ainda mais para o desgaste da via e ocasionou vários problemas estruturais. Jorge, por fim, remete ao caso de aumento dos salários de cargos do legislativo e executivo. Embora inseridos em grupos com distintas finalidades, as considerações dos jovens demonstram a recorrência de uma reflexão sobre os problemas enfrentados no município, como percebido no estudo de Mesquita et. al. (2016, p. 296), “eles, a partir de seus lugares e movimentos, se desafiam a pensar os diferentes problemas locais, se preocupam com a desigualdade ou a ineficiência dos programas e projetos que deveriam minimizá-la”. Complementarmente, verificou-se que a maioria dos jovens se considera preocupado com as questões políticas do município, conforme tabela 7.

Tabela 7 - Você se considera um cidadão preocupado com as questões políticas do seu município?

Grupo	Não	Sim	Total
Escola de Artes Casulo	3,4%	20,7%	24,1%
Grêmio Estudantil – EEEP Giselda Teixeira	6,9%	13,8%	20,7%

Grêmio Estudantil – Maria Amélia Perdigão Sampaio	13,8%	13,8%	27,6%
Movimento Eucarístico Jovem – MEJ	13,8%	13,8%	27,6%
Total	37,9%	62,1%	100,0%

Fonte: elaborado pelo autor

Os dados apontam que a maioria dos jovens, 62,1%, se preocupam com tais pautas, enquanto 37,9% não se consideram preocupados. Dentre os grupos, verifica-se que os membros da Escola de Artes Casulo são os mais interessados no assunto.

Baseando-se nos dados acima apresentados, propõe-se realizar uma discussão a partir das ideias de Leonardo Avritzer (2007), que considera que as cidades do interior do estado do Ceará possuem uma dinâmica de associação baixa, o que também suscita uma baixa participação. Como forma de se compreender as origens desse cenário, o autor discute que o Ceará, no início do seu processo de participação, especialmente no começo dos anos 90, foi palco de uma disputa intraoligárquica, tendo como resultado uma presença marcante do PSDB. O autor aponta que um movimento no estado denominado de “mudancismo” teve como propósito básico a realização de uma reforma tanto política quando administrativa. Liderado por Ciro Gomes e Tasso Jereissati, o grupo em ênfase foi responsável por realizar as mudanças no que se refere à sociedade civil, especificamente por estimularem a constituição de variados tipos de organizações da sociedade civil, por exemplo, a organização de produtores e conselhos municipais. O autor cita que a gestão do movimento, em um primeiro momento, buscou realizar contato com associações locais. Em contrapartida, o estímulo à participação social não foi algo compartilhado e focalizado entre o próprio grupo, embora seus líderes –Tasso e Ciro – tenham, em algum momento, apoiado uma maior descentralização do governo, como os projetos de luta contra a pobreza que tiveram financiamento do Banco Mundial. Dessa maneira, ainda segundo Avritzer, tem-se, portanto, a figura do Estado como um agente de grande decisão para o desenvolvimento da participação.

Considerando as reflexões de Avritzer acerca da participação especificamente no cenário cearense e fazendo uma relação com as respostas dos jovens acima

apresentadas, pode-se afirmar que a lógica, de certa forma, permanece presente. Tal afirmação se justifica pela influência que a gestão municipal exerce na participação, não tendo práticas participativas focalizadas nos jovens, segundo eles, mesmo que ela esteja “aberta a ouvi-los”.

Para entender como se dá a relação dos jovens com o tema e a prática de participação, julgou-se necessário primeiramente entender qual a concepção que eles possuem acerca do conceito. Helen acredita “ser muito importante, mas afirma que não visualiza com frequência essa prática entre os jovens de Palmácia”. Jéssica, por outro lado, afirma que “os movimentos políticos de jovens não possuem apoio, além de serem muito superficiais”. As falas de Helen e Jéssica denotam uma perspectiva mais próxima à ideia de afastamento dos mecanismos convencionais de participação e da política eleitoral, já disseminada pela literatura.

Maria considera que a participação juvenil se trata de “jovens que buscam entender sobre o que podem fazer pra que tenham melhores condições de existência”. Já Lucas compreende que “são jovens que buscam melhorias, que buscam conhecimento político falando e fazendo”. Problematicando a respeito das afirmações, pode-se citar as contribuições de Carrano (2012) especialmente ao mencionar a pesquisa realizada pelo Ibase/Pólis em 2005, que mostrou que os interesses dos jovens estavam direcionados a objetivos mais práticos. Percebeu-se, assim, uma preocupação em relação à violência, além de lutas por melhores condições. Diante disso, Carrano defende a ideia de que os jovens têm uma pré-disposição ao se envolverem em causas ao invés de instituições. Eles, ainda, “aderem a ações coletivas que lhes permitam controlar os processos decisórios e cujos resultados não sejam postergados para um futuro longínquo” (CARRANO, 2012, p. 100).

Aline comenta sobre o tema partindo da sua experiência como participante do Grêmio, considerando “muito importante, pois se cresce conhecendo o que é política, o interesse começa na escola com o Grêmio onde você se dedica e faz uma campanha e daí você já começa mudar o pensamento sobre políticas”. A afirmação se assemelha ao que Francisco Martins e Juarez Dayrell (2013) defendem no que se refere aos jovens e às vivências oportunizadas pelo grêmio estudantil, uma vez que ele é observado como um local educativo com direcionamento à prática. Os autores consideram que o grêmio pode trazer alguns benefícios, como: ampliar a

representatividade, possibilitar que os membros possam ocupar e terem outras funções, além daquelas desempenhadas apenas no ambiente da sala de aula.

Jorge faz uma vinculação da participação juvenil como “uma visão diferente de perceber problemas presentes e uma possibilidade de traçar parâmetros não pensados anteriormente”. Sobre o caráter inovador do jovem, Marialice Foracchi (1977) já discorria que o estudante universitário tem consigo uma consciência que, de alguma forma, pode estimulá-lo a ter uma ação inovadora, orientada para uma reflexão sobre aspectos como: seu papel, a classe originária e a sociedade em que está inserido.

4.3 Interações com as formas de participação política

Como os jovens inseridos nos grupos objeto de análise participam politicamente? Para responder a tal questionamento, os jovens foram indagados sobre questões referentes à participação nos meios convencionais e institucionalizados de participação e sobre modos alternativos de se participar. Em primeiro lugar, os jovens responderam se já haviam participado de algum conselho municipal. A tabela 8 demonstra o quantitativo obtido.

Tabela 8 - Você já participou de algum conselho municipal?

Grupo	Não	Sim	Total
Escola de Artes Casulo	13,8%	10,3%	24,1%
Grêmio Estudantil – EEEP Giselda Teixeira	17,2%	3,4%	20,7%
Grêmio Estudantil – Maria Amélia Perdigão Sampaio	24,1%	3,4%	27,6%
Movimento Eucarístico Jovem – MEJ	24,1%	3,4%	27,6%
Total	79,3%	20,7%	100,0%

Fonte: elaborado pelo autor

Verificou que parte expressiva dos participantes, especificamente 79,3% dos entrevistados, afirmaram que não participaram, enquanto 20,7% afirmaram que já participaram. Entre os grupos o quantitativo se manteve próximo, apenas com uma

pequena diferença entre os jovens membros da Escola de Artes Casulo com os demais grupos analisados.

Considerou-se importante lançar o questionamento também em relação a se, caso convidados, participariam de algum conselho municipal, como forma de perceber se possuem interesse de interagir com os mecanismos participativos, as conhecidas formas “convencionais” de participação institucional, como indica a tabela 9.

Tabela 9 - Você participaria de algum conselho municipal?

Grupo	Não	Sim	Total
Escola de Artes Casulo	6,9%	17,2%	24,1%
Grêmio Estudantil – EEEP Giselda Teixeira	6,9%	13,8%	20,7%
Grêmio Estudantil – Maria Amélia Perdigão Sampaio	10,3%	17,2%	27,6%
Movimento Eucarístico Jovem – MEJ	17,2%	10,3%	27,6%
Total	41,4%	58,6%	100,0%

Fonte: elaborado pelo autor

Embora a maioria dos jovens anteriormente tenha afirmado que não participaram de algum conselho municipal, quando questionados se participariam se recebessem um convite, 58,6% afirmaram que sim, enquanto 41,4% deles afirmaram que não. O grupo dos jovens pertencentes à Escola de Artes Casulo e ao Grêmio Estudantil Maria Amélia Perdigão Sampaio representam um maior quantitativo de adesão. Sobre a participação em audiências públicas, foram encontrados os seguintes dados:

Tabela 10 - Você já participou de alguma audiência pública?

Grupo	Não	Sim	Total
Escola de Artes Casulo	20,7%	3,4%	24,1%
Grêmio Estudantil – EEEP Giselda Teixeira	20,7%		20,7%
Grêmio Estudantil – Maria Amélia Perdigão Sampaio	24,1%	3,4%	27,6%

Movimento			
Eucarístico Jovem – MEJ	27,6%		27,6%
Total	93,1%	6,9%	100,0%

Fonte: elaborado pelo autor

Expressivamente, cerca de 93,1% dos jovens afirmaram que não participaram, enquanto 6,9% afirmaram que sim. Nota-se uma baixa vivência dos jovens no que se refere a esse mecanismo de participação institucionalizada. Por outro lado, vale destacar os integrantes da Escola de Artes Casulo e do Grêmio Estudantil da Escola Maria Amélia Perdigão Sampaio, como os únicos que tiveram algum contato com essa prática.

Tabela 11 - Você participaria de alguma audiência pública?

Grupo	Não	Sim	Total
Escola de Artes Casulo	3,4%	20,7%	24,1%
Grêmio Estudantil – EEEP Giselda Teixeira	3,4%	17,2%	20,7%
Grêmio Estudantil – Maria Amélia Perdigão Sampaio	10,3%	17,2%	27,6%
Movimento Eucarístico Jovem – MEJ	13,8%	13,8%	27,6%
Total	31,0%	69,0%	100,0%

Fonte: elaborado pelo autor

Mesmo com a expressiva quantidade de respostas negativas em relação à participação em uma audiência pública, os jovens demonstraram interesse, se fossem convidados, conforme os dados contidos na tabela 11. De modo mais específico, 69% deles afirmaram que participaria enquanto 31% afirmaram que não. Assim como quando questionados a respeito da participação em conselhos municipais, os jovens mais uma vez demonstraram não ter contato com tal prática, no entanto, se mostram abertos a interagirem.

Também se questionou sobre a participação na elaboração do orçamento público municipal, tendo os seguintes quantitativos:

Tabela 12 - Você já participou da elaboração do orçamento público do seu município?

Grupo	Não	Sim	Total
Escola de Artes Casulo	17,2%	6,9%	24,1%

Grêmio Estudantil – EEEP Giselda Teixeira	17,2%	3,4%	20,7%
Grêmio Estudantil – Maria Amélia Perdigão Sampaio	27,6%		27,6%
Movimento Eucarístico Jovem – MEJ	27,6%		27,6%
Total	89,7%	10,3%	100,0%

Fonte: elaborado pelo autor

Nota-se que cerca de 89,7% apontaram que não participaram e 10,3% disseram que sim. A experiência em relação a esse mecanismo também segue a mesma lógica, consistindo em uma de baixa participação.

Tabela 13 - Você participaria da elaboração do orçamento público do seu município?

Grupo	Não	Sim	Total
Escola de Artes Casulo	10,3%	13,8%	24,1%
Grêmio Estudantil – EEEP Giselda Teixeira	13,8%	6,9%	20,7%
Grêmio Estudantil – Maria Amélia Perdigão Sampaio	10,3%	17,2%	27,6%
Movimento Eucarístico Jovem – MEJ	13,8%	13,8%	27,6%
Total	48,3%	51,7%	100,0%

Fonte: elaborado pelo autor

Sobre a possibilidade de participação, cerca de 51,7% disseram que participariam e 48,3% afirmaram que não como percebe-se na tabela 13. Vale destacar que os membros da Escola de Artes Casulo e Grêmio Estudantil Maria Amélia Perdigão Sampaio assinalaram que participariam. Já em relação aos integrantes do Grêmio Estudantil da Escola Giselda Teixeira, a maioria afirmou que não, enquanto os jovens do Movimento Eucarístico Jovem tiveram o mesmo percentual, entre aqueles que participariam e aqueles que não.

Sobre o questionamento a respeito da participação em manifestações políticas, tabela 14, foram encontrados os seguintes dados:

Tabela 14 - Você já participou de alguma manifestação política?

Grupo	Não	Sim	Total
Escola de Artes Casulo	10,3%	13,8%	24,1%
Grêmio Estudantil – EEEP Giselda Teixeira	10,3%	10,3%	20,7%

Grêmio Estudantil – Maria Amélia Perdigão Sampaio	13,8%	13,8%	27,6%
Movimento Eucarístico Jovem – MEJ	6,9%	20,7%	27,6%
Total	41,4%	58,6%	100,0%

Fonte: elaborado pelo autor

Observa-se que em relação à participação em manifestação política, 58,6% dos respondentes afirmaram que já participaram e 41,4% afirmaram que não. Importante ressaltar que o grupo que obteve maior percentual de resposta positiva foi o Grupo MEJ e o Grupo da Escola de Artes Casulo. Merece destaque o quantitativo expressivo dos jovens pertencentes ao grupo religioso, pode-se afirmar que os respondentes possam ter levado em consideração ações da igreja que possuem bastante influência no município, como a Campanha da Fraternidade e a Via Sacra, que são realizadas anualmente. Os demais tiveram empate com o mesmo percentual de respostas sim e não. Percebe-se, também, que esta foi a única prática que a maioria dos jovens teve contato direto.

Tabela 15 - Você participaria de alguma manifestação política?

Grupo	Não	Sim	Total
Escola de Artes Casulo	10,3%	13,8%	24,1%
Grêmio Estudantil – EEEP Giselda Teixeira	3,4%	17,2%	20,7%
Grêmio Estudantil – Maria Amélia Perdigão Sampaio	13,8%	13,8%	27,6%
Movimento Eucarístico Jovem – MEJ	17,2%	10,3%	27,6%
Total	44,8%	55,2%	100,0%

Fonte: elaborado pelo autor

Indagados sobre a possibilidade de participarem de uma manifestação política, tabela 15, 55,2% dos jovens afirmaram que sim e 44,8% afirmaram que não. Integrantes do Grêmio Estudantil da Escola Giselda Teixeira e Escola de Artes Casulo obtiveram os maiores percentuais. O grupo do Grêmio Estudantil da Escola Maria Amélia Perdigão Sampaio teve o mesmo número de respostas “sim” e “não”. Já aqueles pertencentes ao MEJ, em sua maioria, afirmaram que não participariam. Em suma, constata-se, mesmo com um pequeno declínio, que os jovens participariam novamente de uma manifestação política.

No entanto, em relação à filiação a um partido político, o cenário se modifica, como pode-se observar na tabela 16:

Tabela 16 - Você se filiaria em algum partido político?

Grupo	Não	Sim	Total
Escola de Artes Casulo	20,7%	3,4%	24,1%
Grêmio Estudantil – EEEP Giselda Teixeira	17,2%	3,4%	20,7%
Grêmio Estudantil – Maria Amélia Perdigão Sampaio	24,1%	3,4%	27,6%
Movimento Eucarístico Jovem –MEJ	20,7%	6,9%	27,6%
Total	82,8%	17,2%	100,0%

Fonte: elaborado pelo autor

Os dados revelam que cerca de 82,8% do total dos jovens não se filiaria a um partido político, enquanto 17,2% se filiariam. Dentre os grupos, percebe-se os jovens do Grêmio Estudantil da Escola Maria Amélia Perdigão Sampaio com o maior percentual, seguido dos membros do Movimento Eucarístico Jovem e dos alunos da Escola de Artes Casulo e, por último, os membros do Grêmio Estudantil da Escola Giselda Teixeira. A filiação a um partido político, dentro as práticas de participação indagadas aos jovens, foi a única que teve as respostas “não” com o maior percentual.

Para auxiliar no processo de interpretação desses dados é importante realizar algumas considerações, conforme indica Maria Corrochano e colaboradores (2018). Os jovens da atualidade, desde o nascimento, estão inseridos no mais longo período democrático, no qual também os mecanismos de participação política tiveram mudanças, além de terem sido ampliados. Os autores indicam que o conjunto de instituições de participação política dizem respeito a fatores de posição geracional, nesse sentido, verifica-se uma diferenciação dos jovens de hoje da geração dos seus pais, que cresceram durante a ditadura militar e chegaram à vida adulta no período de mudança de regime. Dessa maneira, afirma-se que a partir dos instrumentos de participação política, os jovens estão inseridos em um espaço de alternativas nas quais as gerações anteriores não puderam ter acesso.

Questionar como os jovens interagem com os mecanismos participativos tendo em vista que já nasceram e cresceram em um ambiente com maior abertura ao exercício do direito a participação se torna um desafio necessário de ser

enfrentado. Se tomarmos como base a Agenda Juventude Brasil de 2016, os jovens apontaram como as formas de atuação política mais eficazes:

45% dos entrevistados assinalam a participação em mobilizações de rua e ações diretas; 44% a atuação em associações ou coletivos que se organizam por alguma causa; 35% a atuação em conselhos, conferências, audiências públicas ou outros canais de participação desse tipo; 33% apontam a atuação pela internet opinando sobre assuntos importantes ou cobrando os políticos e governantes e 30% a atuação em partidos políticos. (BRASIL, 2016, p. 270)

De acordo com os dados obtidos e realizando uma comparação com a pesquisa acima referenciada, pode-se observar que os jovens de Palmácia, inseridos nos grupos analisados, também entendem as manifestações políticas de rua como uma alternativa efetiva de participação. Essa afirmação se dá ao levar-se em conta que diante da apresentação de distintos mecanismos e formas institucionais de participação, verificou-se que ela foi a única da qual a maioria dos jovens assinalou já ter feito uso.

É importante evidenciar que os jovens, objeto do presente estudo, também demonstraram baixo interesse na participação em partidos políticos, assim como a pesquisa citada. Conforme evidencia o estudo de Mesquita et. al. (2016), a política institucional vinculada ao sistema político partidário vem passando por uma crise no que diz respeito à adesão por parte da sociedade e pelos jovens. Segundo os autores, isso pode estar associado a uma dinâmica política marcada nos últimos anos por escândalos de corrupção e uso indevido do dinheiro público. Somado a isso, evidencia-se uma compreensão relacionada às políticas públicas, que embora disseminadas como mecanismos de enfrentamento às questões sociais de desigualdade, acabaram por não suprir seus reais objetivos ao estimularem a fortificação de um descrédito sobre a política formal como uma alternativa para a construção e propagação da democracia.

Antônio Barros e Lúcio Martins (2017) observam que o baixo interesse dos jovens pela política institucionalizada se dá em razão da desconfiança nas instituições políticas, por exemplo, os partidos políticos. Os autores salientam que as especificidades dos jovens de compreender a participação pode ser associado a uma das razões que explicam o seu distanciamento. Para além disso, “as disputas, os debates e conflitos característicos da esfera partidária são vistos como impedimentos para o engajamento e a participação no plano institucional, pois

implicam negociações e acordos suspeitos” (BARROS, MARTINS, 2017, p. 216). Dessa forma, essa dinâmica é tida como necessária para a máquina partidária, no entanto, não é interessante para o ideal de “transformação sociopolítica” que tanto se deseja.

Os dados também apontaram para uma baixa participação dos jovens aqui analisados em relação às formas convencionais de envolvimento, como os conselhos, audiências públicas e orçamento participativo. Os dados estão próximos das tendências evidenciadas, em que foram percebidos declínios ou mesmo estagnações no que se refere às formas convencionais de participação, conforme indica Ribeiro (2012), ao citar as obras de Russel Dalton e Martin Wattenberg, (2001); Robert Putnam (2003) e Russel Dalton (2009).

Da perspectiva da cultura política, a relação entre sociedade e Estado se efetiva a partir da interação por meio de instituições formais e informais. Baquero (2003) considera que discutir a respeito de como se dá esse processo se coloca como algo relevante para o tema da participação. Ainda segundo o autor, processos como esse são diretamente vinculados ao tema da consolidação democrática ocorrida na maior parte dos países que compunham a América Latina no final da década de 70. Para ele, a América Latina não conseguiu estimular uma participação mais fortificada, assim como os avanços institucionais também não conseguiram auxiliar no processo de atuação política. O autor afirma que tais aspectos podem ser entendidos a partir da ideia de que se possui uma certa descrença por parte dos cidadãos no que se refere às instituições de participação.

A respeito dos jovens do município de Palmácia, fica evidente que a concepção acima citada se reflete, embora com algumas diferenciações. Tais diferenciações residem no fato de que os jovens, ao responderem ao questionário, terem em sua maioria afirmado que não haviam interagido com os mecanismos participativos elencados. Por outro lado, encontra-se um interesse por parte deles, especialmente daqueles ligados à Escola de Artes Casulo e ao Grêmio Estudantil da Escola Maria Amélia Perdigão Sampaio, sendo aqueles que demonstraram maior percentual de aderência a tais mecanismos. Pode-se vincular a tais grupos terem o percentual maior em razão de já discutirem de modo um pouco mais frequente sobre os aspectos políticos conforme já apontado. Além de sua própria estrutura já ser orientada para vivência com o engajamento político, como é o caso do Grêmio Estudantil.

4.4 Internet no processo de participação: qual o papel atribuído?

Tendo em consideração o impacto que a internet possui na vida em sociedade e, principalmente, as redes sociais, entendeu-se como de fundamental importância que este trabalho também pudesse abordar tal tema, uma vez que ele se torna a cada dia mais presente e recorrente de ser debatido. Nesse sentido, pretendeu-se perceber como o jovem inserido nos grupos já mencionados interage com as redes, especialmente no que diz respeito às questões políticas, no exercício de sua liberdade de expressão, de vontades e anseios. Lançou-se questionamentos com o objetivo de identificar qual seu posicionamento diante de tal perspectiva.

Os jovens foram questionados se já haviam utilizado as redes sociais como uma ferramenta para manifestar a sua indignação ou para se posicionar politicamente frente aos problemas enfrentados pelo seu município. A tabela 17 demonstra o quantitativo de respostas obtidas em relação a cada grupo analisado.

Tabela 17 - Você já utilizou as redes sociais para manifestar sua indignação ou manifestar-se politicamente no que se refere às questões no seu município?

Grupo	Não	Sim	Total
Escola de Artes Casulo	13,8%	10,3%	24,1%
Grêmio Estudantil – EEEP Giselda Teixeira	10,3%	10,3%	20,7%
Grêmio Estudantil – Maria Amélia Perdigão Sampaio	20,7%	6,9%	27,6%
Movimento Eucarístico Jovem – MEJ	17,2%	10,3%	27,6%
Total	62,1%	37,9%	100,0%

Fonte: elaborado pelo autor

Os dados demonstram que 62,1% dos entrevistados não se manifestaram nas redes sociais com o propósito de expressar sua opinião em relação ao cenário político na esfera local, enquanto 37,9% afirmaram que já se posicionaram no ambiente virtual. Os dados indicam que a maior parte dos jovens não tem a prática de se posicionar politicamente por meio das redes sociais.

Para compreender o que as respostas dos jovens podem significar, é importante lembrar do debate oportunizado por Sebastião e Elias (2012), especificamente ao se deterem à análise das redes sociais. Os autores destacam

que inicialmente a internet foi vista, por parte da literatura, carregada de otimismo para a democracia, sendo observada, ainda, como um novo modo de participação política. A possibilidade de maior comunicação estimularia a transformação da internet em um grande espaço para a troca de ideias, opiniões e debates políticos.

No entanto, Sebastião e Elias (2012) consideram que com o crescimento da internet e a propagação de informação, o ambiente virtual foi se aproximando cada vez mais da realidade, incluindo as mazelas sociais enfrentadas, como: preconceitos, desigualdade e prática de crimes. Pensando nas respostas dos jovens sobre a questão acima citada, é possível afirmar que eles, em sua maioria, possam não observar a internet como uma prática efetiva de participação, ou mesmo terem uma concepção ligadas aos modos tradicionais de participação como único caminho possível.

Julgou-se importante, também, questionar aos jovens qual o posicionamento deles no que tange à possibilidade da internet de auxiliar, de algum modo, a participação da juventude. Foram obtidos os seguintes números:

Tabela 18 - Você acha que a internet pode auxiliar, de alguma maneira, a participação da juventude nos debates políticos?

Grupo	Não	Sim	Total
Escola de Artes Casulo		24,1%	24,1%
Grêmio Estudantil – EEEP Giselda Teixeira		20,7%	20,7%
Grêmio Estudantil – Maria Amélia Perdigão Sampaio	3,4%	24,1%	27,6%
Movimento Eucarístico Jovem – MEJ		27,6%	27,6%
Total	3,4%	96,6%	100,0%

Fonte: elaborado pelo autor

Embora tenham, em sua maioria, afirmado que não se posicionam politicamente no ambiente virtual, a maior parte dos jovens, 96,6%, acredita que a internet pode contribuir com a participação da juventude nos debates políticos.

É importante enfatizar que a afirmativa dos jovens pode estar relacionada à relevância que a internet possui na vida social. As reflexões de Furini, Malini e Antuon (2013) são orientadas à compreensão de que a internet direciona para um novo contexto da mídia, no qual se tem sua predominância em relação à divulgação de notícias, retirando, assim, o foco da imprensa formal. Nesse sentido, o que se verifica é que as narrativas propagadas na internet se vinculam, na verdade, à

proposta de não permitir que seja colocada apenas na imprensa formal a responsabilidade de divulgar os acontecimentos da sociedade.

Para Borges e Jambeiro (2016), ao disseminar informações e opiniões a internet contribui de modo decisivo para a participação política dos cidadãos, uma vez que a partir dela pode se conhecer os problemas enfrentados e assim buscar soluções possíveis e a transformação social. Apoiando-se nas ideias de Eisenberg, os autores citam que a internet também oportuniza uma individualização daquilo que é acessado, dado que os indivíduos podem escolher os pontos de vista que se alinham com os seus. Cita-se, ainda, que com o crescimento das redes sociais, as notícias se apresentam de maneira mais restrita, se distanciando dos padrões presentes no início da internet.

Partindo da ideia de que o próprio indivíduo molda suas redes sociais, “seguindo” os perfis que, de alguma forma, podem convergir com suas ideias, considerou-se pertinente questionar aos jovens, durante as entrevistas, se eles seguiam perfis de políticos. Lançou-se a seguinte pergunta: “você segue perfis de políticos nas suas redes sociais? Se sim, quais?” Helen cita que segue o ex-governador do estado, Camilo Santana (PT), assim como Jéssica. Maria afirma que acompanha deputados que são presentes no município, como o deputado Leonardo Araújo (MDB). Joana também confirmou positivamente, citando o ex-governador do estado, Camilo Santana e o prefeito de Palmácia, David Campos (MDB). Aline diz que não segue perfis de políticos. Lucas cita o ex-presidente Lula (PT), Ciro Gomes (PDT) e o governador do estado. Felipe afirma que segue apenas o governador do estado. Jorge diz que não segue perfil de político. Verificou-se que entre os jovens há um acompanhamento das redes de políticos que têm maior relação com as questões locais do município, o que pode ser vinculado a um interesse de saber a respeito das decisões de tais políticos, uma vez que elas podem impactar suas vidas de uma forma mais direta.

Ainda na pauta “redes sociais”, outro questionamento levantado foi o seguinte: “como você observa as redes sociais no que diz respeito às questões políticas?” Helen afirmou que elas são um meio de se informar a respeito do que está acontecendo na política. Jéssica, por outro lado, disse que às vezes tem interesse em acompanhar o que vem sendo feito na cidade a partir da internet. Maria indicou que a internet é uma forma de jovens expressarem seus desejos para que se tenha um futuro melhor. Joana afirmou que com a utilização da internet e das

redes sociais se pode ter uma melhor escuta das opiniões. Lucas discorreu que as redes sociais se tratam de um espaço no qual a maioria das pessoas têm acesso, tendo informação a todo momento, o que pode contribuir para um maior conhecimento das questões políticas. Felipe analisou que a internet deu voz a muitas pessoas que eram inviabilizadas pela sociedade. Jorge defendeu a ideia de que a internet proporciona um local de fala para "todos" que se sentem excluídos e promove debates com pessoas que possuem os mais variados tipos de opinião.

A partir das falas dos jovens é possível identificar que eles visualizam a internet, assim como as redes sociais, como uma ferramenta de comunicação, para ter acesso à informação e conhecer os problemas enfrentados. A perspectiva dos jovens se alinha a uma pesquisa publicada recentemente pela consultoria Ideia Big Data, divulgada pelo site O Globo¹², a qual demonstra que cerca de 47% dos jovens brasileiros se informam a respeito de política por meio das redes sociais. Também é apresentado na pesquisa que cerca de 42% dos jovens seguem algum político em suas redes sociais. Com isso, percebe-se que a internet e as redes sociais exercem bastante influencia na vida dos jovens, além de ser uma das principais formas de comunicação e de busca por conhecimento e informação. Nessa perspectiva, sugere-se entender que seu papel no cenário político-participativo está muito relacionado com a ideia de troca de informações, de debates. Nesse sentido, atualmente ela possui fundamental importância para o processo de construção de um espaço em que se possa ter debates específicos sobre cidadania, participação, políticas públicas e os demais temas que se colocam como importantes e necessários de serem trabalhados com foco na justiça social e na minimização das desigualdades tão presentes no cotidiano da sociedade brasileira.

¹² Fonte: <https://oglobo.globo.com/epoca/brasil/pesquisa-mostra-que-47-dos-brasileiros-entre-18-24-anos-se-informam-sobre-politica-em-redes-sociais-23978095>

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dissertação ora apresentada oportunizou uma análise do tema da participação com o propósito de identificar qual a compreensão que jovens pertencentes a diferentes grupos sociais possuíam sobre política e participação política. Findadas a tabulação, apresentação e análise dos dados, foi possível identificar que os jovens possuem uma perspectiva ainda direcionada à política e à participação política com a finalidade eleitoral. Constatou-se que eles não dispõem de uma forte interação com os mecanismos de participação governamental, como os conselhos gestores, audiências públicas e orçamento participativo. Demonstraram, ainda, uma falta de interesse no que diz respeito à filiação aos partidos políticos. Com isso, pode-se afirmar que os dados convergiram com as últimas pesquisas publicadas que demonstram um afastamento das juventudes no que se refere à participação nos mecanismos convencionais de participação, assim como da política eleitoral.

No entanto, foi possível também identificar que embora não participem efetivamente dos mecanismos participativos presentes no município, em sua maioria, demonstraram interesse em participar, caso fossem convidados. Deve-se atentar que o momento de pandemia, que culminou no fechamento dos espaços públicos, pode ter influenciado as respostas dos jovens, dadas as limitações que foram implantadas nos campos de discussão e participação política. No entanto, considerando tais afirmativas, é de suma importância refletir sobre o papel que o governo municipal exerce nesse aspecto, em que medida incentiva a participação, como se coloca frente aos problemas enfrentados pelas juventudes e quais ações poderiam ser implementadas para garantir que tal participação pudesse ter uma maior aderência. Importante frisar que o presente trabalho não se deteve em realizar uma análise sob a perspectiva da administração municipal e pesquisar quais práticas adotadas por ela para contribuir com a pauta da participação. Dessa forma, salienta-se que os dados aqui apresentados podem servir de base para administração municipal, especialmente, no processo de construção de políticas públicas. No entanto, vale reforçar a necessidade de que estudos futuros possam, de alguma forma, tocar nesse ponto.

Por outro lado, embora os jovens tenham afirmado não participar dos mecanismos acima citados, identificou-se que eles tiveram contato com formas não

institucionalizadas de participação política, como é o caso das manifestações políticas de rua. Reforçando a ideia de que eles podem não estar participando dos mecanismos institucionais, mas isso não significa que estão alienados ou que possuem total aversão a assuntos políticos. Na verdade, diz respeito à concepção de que existem novas formas de se participar na atualidade e que os jovens podem estar utilizando-as.

Realizando um comparativo entre os grupos, pode-se afirmar que a ideia de política entre os membros é bastante heterogênea, mas de maneira geral, os jovens ligados ao Grêmio Estudantil da Escola Maria Amélia Perdigão Sampaio e os membros da Escola de Artes Casulo possuem um maior contato com a pauta, assim como possuem um maior percentual de mobilização, pressupondo a existência de uma cultura política mais participativa. Sobre os entendimentos a respeito de política, nota-se que os jovens da Escola de Artes Casulo a compreendem como justiça social. Já os membros do Grêmio Estudantil vinculam a política à ideia de representação. Sobre esse aspecto, é possível vincular a distinção realizada pelos jovens como sendo reflexo do meio em que estão inseridos. O contexto dos jovens pertencentes ao grêmio, por exemplo, está mais próximo a esse viés da política como representação, dada a estrutura do próprio grêmio, desde a escolha da chapa, votação e práticas de atuação. Já as experiências vivenciadas pelos jovens pertencentes à Escola de Artes Casulo também podem influenciar na construção dessa concepção de política a partir da arte. Os grupos também se destacam no que se refere ao interesse em participar de mecanismos de participação governamental, demonstrando maior percentagem de aderência.

Os membros do Grêmio da Escola Profissionalizante Giselda Teixeira mostraram que a discussão a respeito da política ocorre de modo menos frequente. Sobre o entendimento a respeito dela, os jovens a relacionaram à representação. Em relação aos mecanismos de participação, os jovens também demonstraram não ter contato, no entanto, participariam caso convidados, exceto do orçamento participativo. Por outro lado, esses jovens foram os que mais demonstraram interesse em participar de manifestações de rua. As respostas dos jovens podem nos levar a refletir sobre suas realidades para entendê-las, nota-se que tais jovens possuem uma maior atenção ao mercado de trabalho, a um saber técnico que vem sendo construído, o que se difere dos integrantes do grêmio da outra escola analisada.

Os integrantes do Movimento Eucarístico Jovem, em contrapartida, afirmaram que não ocorrem discussões sobre política nos encontros do grupo e as mobilizações ocorrem de modo menos frequente. As compreensões sobre política estão mais direcionadas à possibilidade de expressar opiniões e à presença de uma consciência individual. A respeito dos mecanismos participativos foi identificado uma menor aderência. Sendo assim, percebe-se que dentre os grupos analisados este foi o grupo em que foi demonstrado menor interesse no que se refere às formas de participação política. Isso pode-se relacionar ao fato de que tal grupo tem um direcionamento voltado para a propagação dos valores e ensinamentos cristãos, não se tem, assim, uma maior preocupação com aspectos políticos.

Outro ponto que merece destaque de ser evidenciado diz respeito ao fator internet relacionado ao processo participativo. Notou-se que a maioria dos jovens afirmou que não haviam se manifestado politicamente nas redes sociais, no entanto, eles acreditam que a internet pode auxiliar, de alguma forma, as juventudes no alcance de seus objetivos, ao entenderem-na como uma ferramenta importante para comunicação e informação. A partir disso surgem indagações, por exemplo: por qual motivo os jovens não se manifestam politicamente nas redes sociais mesmo a considerando como um espaço legítimo para tal?

Um fenômeno que pode influenciar tal aspecto pode estar relacionado à polarização que se apresenta em nosso País atualmente. Sobre isso pode-se citar uma pesquisa do IPEC¹³, realizada no segundo semestre de 2021, que aponta que 83% dos jovens brasileiros consideram que o debate sobre política nas redes sociais é agressivo e intolerante. A mesma pesquisa também indicou que 59% dos jovens afirmaram que não discutem política nas redes sociais em razão de terem medo do cancelamento. Por cancelamento, entende-se o linchamento virtual, iniciado ainda no ano de 2017, no Twitter, em que várias pessoas passaram a utilizar uma *hashtag* específica, “me too”, com o intuito de realizar denúncias de abusos cometidos por celebridades. No entanto, hoje não se tem mais tal diferenciação, uma vez que tal prática pode ser direcionada a qualquer pessoa que exponha a sua opinião nas redes sociais (LIMA, et al. 2021).

Nesse sentido, verifica-se um impasse no que se refere à internet, na medida em que pode auxiliar de forma decisiva nas reivindicações de melhores condições

¹³ Fonte: <https://www.opovo.com.br/noticias/politica/2021/11/03/ipecc-por-medo-de-cancelamento-6-em-cada-10-jovens-nao-falam-de-politica.html>

de existência, na divulgação dos problemas enfrentados, acaba não sendo utilizada para tal finalidade.

Ressalta-se que o trabalho buscou contribuir com a discussão sobre a temática da juventude e de sua participação política, tendo como propósito perceber como jovens de diferentes grupos interagem com o tema. Percebeu-se que tais jovens, inseridos em grupos mais politizados, ou em grupos com maior ligação à arte ou ao assistencialismo e solidariedade, demonstraram preocupação com as questões do município, especialmente no que se refere às questões de educação, saúde, infraestrutura, meio ambiente e à participação, excluindo, assim, a ideia de que os jovens são apáticos ou desinteressados.

Por fim, entende-se que o estudo se caracterizou como um singelo passo na direção de se articular diferentes percepções sobre participação política de jovens no mundo contemporâneo, mas especificamente de jovens do interior do estado do Ceará, em sua maioria pobres, do sexo feminino, não brancas e que estão cursando o ensino médio. Espera-se, assim, que outras pesquisas possam ser realizadas em diferentes contextos com o propósito de se estimular o debate a respeito das distintas juventudes que compõem o Brasil e, assim, contribuir com a formulação de políticas públicas que possam atender suas verdadeiras necessidades e expectativas.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, SP, n. 6, p. 25-36, maio/dez. 1997.
- AVRITZER, Leonardo. A participação social no Nordeste. **Participação e Distribuição**, 2007. 153 p.
- AVRITZER, Leonardo. Instituições participativas e desenho institucional. **Opinião Pública**, Campinas, SP, v. 14, n. 1, p. 43-64, 2008.
- AVRITZER, Leonardo. **Impasses da democracia no Brasil**. Editora José Olympio, 2016.
- BAQUERO, Marcello. Cultura Política e processo eleitoral no Brasil: o que há de novo?. **Em Debate**, Belo Horizonte, MG, v. 2, n. 7, p. 6-10, jul. 2010.
- BAQUERO, Marcello. Cultura política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, SP, v. 15, n. 4, p. 98-104, dez. 2001.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977. 224 p.
- BARROS, Antonio Teixeira; MARTINS, Lúcio Meireles. Juventude e engajamento político despartidarizado: estudo sobre os egressos do Parlamento Jovem Brasileiro (2004-2013). **Revista Latitudes**, v. 11, n. 1, p. 205-254, 2017.
- BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. São Paulo: Editora UNB, 2000.
- BONAVIDES, Paulo. **Teoria Constitucional da Democracia Participativa**: por um Direito Constitucional de luta e resistência por uma Nova Hermenêutica por uma repolitização da legitimidade. 2.ed., São Paulo: Malheiros, 2003.
- BORGES, Jussara; JAMBEIRO, Othon. Evolução do uso da internet na participação política de organizações da sociedade civil. In: PINHO, José Antônio Gomes de. **Artefatos digitais para mobilização da sociedade civil**: perspectivas para avanço da democracia. Salvador: EDUFBA, p. 73-97, 2016.
- BOURDIEU, Pierre. "A juventude é apenas uma palavra". **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1983.
- BRASIL. **Decreto 10.003**, de 4 de setembro de 2019. Altera o Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018, para dispor sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Presidência da República, Brasília, 2019.
- BRASIL. **Decreto 9.759**, de 11 de abril de 2019. Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. Presidência da República, Brasília, 2019.

BRASIL. **Decreto nº 8.243**, 23 de maio de 2014. Institui a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS, e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, 2014.

CARRANO, Paulo. A participação social e política de jovens no Brasil: considerações sobre estudos recentes. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, RJ, n. 27, p. 83-100, 2012.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Zahar, 2013. 271 p.

CASTRO, Luíza Moreira Arantes de. Do Neoinstitucionalismo Tradicional às Redes: As mudanças colocadas a partir do modelo de governança. In: XXXVII Encontro da Anpad, 2013, Rio de Janeiro, RJ. **Anais [...]**. Disponível em: http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2013_EnANPAD_APB1931.pdf acesso em 20 de setembro de 2021.

CERRONI, Umberto. **Política**: métodos, teorias, processos, sujeitos, instituições, categorias (M. A. Nogueira, Trad.). São Paulo: Brasiliense, 1993.

COLE, Howard. The social theory. In: HIRST, Paul. **The pluralist theory of the state**, New York: Routledge, p. 51-108, 1993.

COMO nossos pais. Intérprete: Belchior. Compositor: Belchior. In: Alucinação. (4:40 seg.)

CORROCHANO, Maria Carla; SOUZA, Raquel; ABRAMO, Helena. Jovens ativistas das periferias: Experiências e aspirações sobre o mundo do trabalho. **Revista Trabalho Necessário**, v. 17, n. 33, p. 162-186, 2019.

COSTA, Maria Izabel Sanches; IANNI, Aurea Maria Zöllner. O conceito de cidadania. In: **Individualização, cidadania e inclusão na sociedade contemporânea**: uma análise teórica. São Bernardo do Campo, UFABC, 2018, p. 43-73.

CRUZES, Maria Soledade Soares. (Des)democratização do acesso à justiça por pessoas com deficiência auditiva no Brasil: uma reflexão à luz do pensamento de Charles Tilly. **Revista Brasileira de Direitos e Garantias Fundamentais**. Porto Alegre, RS, v. 4, n. 2, p. 38-60, jul/dez. 2018.

D'ARAÚJO, SOARES, CASTRO. **A volta aos quartéis**: a memória militar sobre a abertura. Rio de Janeiro, FGV, 1995.

DAGNINO, Evelina. Confluência perversa, deslocamentos de sentido, crise discursiva. In: **La cultura en las crisis latinoamericanas**, p. 195-216, 2004.

DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política & Sociedad**, n. 5, p. 139-164. 2004.

DIAS, Luiz Antonio. Política e Participação Juvenil: os “caras-pintadas” e o movimento pelo impeachment. **História Agora**, v. 4, 2008.

DIÓGENES, Glória. Juventudes, Violência e Políticas Públicas no Brasil: Tensões entre o instituído e o instituinte. **Sinais Sociais**, Rio de Janeiro, RJ, v. 6, n. 18, p. 102-127, 2012.

DUARTE, Aldimar Jacinto. Juventude, Movimentos Sociais e participação política no Brasil entre os anos de 2013 a 2015. **Educativa**, Goiânia, GO, v. 19, n. 1, p. 884-901, set./dez. 2016.

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UECE, 2002. 127 p.

FORACCHI, Marialice. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira**. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

FURINI, Liana Gross. MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais. **Contemporânea Revista de Comunicação e Cultura**, Porto Alegre, RS, v. 14, n. 1, p. 125-127, 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002. 176 p.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. Ed., São Paulo: Atlas, 2008. 200 p.

GOHN, Maria da Glória. Jovens na política na atualidade – uma nova cultura de participação. **Caderno C R H**, Salvador, BA, v. 31, n. 82, p. 117-133, jan./abr. 2018.

GOHN, Maria da Glória. Teorias sobre a participação social: desafios para a compressão das desigualdades sociais. **Caderno C R H**, Salvador, v. 32, n. 85, p. 63-81, jan./abr. 2019.

GROPPO, Luís Antonio. Juventudes e educação sociocomunitária: roteiros de investigação. **EcoS – Rev. Cient.**, São Paulo, SP, n. 32, p. 51-66, set./dez. 2013.

HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C. R. **As Três versões do neo-institucionalismo**. Lua Nova, São Paulo, n. 58, 2003.

HIRST, Paul. **Associative democracy**: new forms of economic and social governance. Amherst: University of Massachusetts, 1994.

LASKI, Harold Joseph. **A grammar of politics**. Londres: George Allen & Unwin, 1951.

LAVALLE, Adrián Gurza. Participação: valor, utilidade, efeitos e causa. In: PIRES, Roberto Rocha (Org.) **Efetividade nas instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação**. Brasília: Ipea, p. 33-43. 2011.

LIMA, Gabriele Oliveira *et al.* As consequências da cultura do cancelamento na saúde mental: uma revisão narrativa. **Psicologia: abordagens teóricas e empíricas**, 2021.

MARINHO, Camila Holanda. Juventudes: trajetórias, experiência e reconhecimento em tempos de crise da sociedade do Capital. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, MA, v.20, p. 295-303, nov. 2016.

MARTINS, Francisco André Silva; DAYRELL, Juarez Tarcísio. Juventude e participação: o grêmio estudantil como espaço educativo. **Educação & Realidade**, v. 38, n. 4, p. 1267-1282, out./dez. 2013.

MAYORGA, Claudia. Juventude e participação. **Cultura informacional e liderança comunitária: concepções e práticas**. Belo Horizonte: UFMG- PROEX, p. 31-34, 2011.

MELUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo: ANPED, n. 5, p. 25-35. 1997.

MESQUISA, Marcos Ribeiro; OLIVEIRA, Ana Clara Martins. **Juventudes, movimentos e culturas: a participação política de jovens na cidade Maceió**. Estudos de Psicologia, v. 18, n. 2, p. 379-387, abr./jun. 2013.

MESQUITA, Marcos Ribeiro et al. Juventudes e Participação: compreensão de política, valores e práticas sociais. **Psicologia & Sociedade**, v. 28, p. 288-297, 2016.

MILANI, Carlos. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. **RAP-Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 42, n. 3, p. 551-579, maio/jun. 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. et al. **Fala, galera: juventude, violência e cidadania**. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

MISHE, Ann. De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, SP, n.5, p. 134-150, maio/dez. 1997.

MOISÉS, José Álvaro. **Cidadania, confiança e instituições democráticas**. Lua Nova, São Paulo, n. 65, p. 71-94, maio/ago. 2005.

MOISÉS, José Álvaro. **Democratização e cultura política de massas no Brasil**. Lua Nova Especial: Cultura Política, 26, 5-51. 1992.

MOISÉS, José Álvaro; CARNEIRO, Gabriela Piquet. Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime – o caso do Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 14, n.1, p. 1-42, jun. 2008.

MORAIS, Jennifer Azambuja de; BAQUERO, Marcello. A internet e a (des)politização dos jovens brasileiros. **Rev. Cadernos de Campo**, Araraquara, n. 25, p. 33-62, jul./dez. 2018.

NIRENBERG, OLGA. **Participación de adolescentes em proyectos sociales:** aportes conceptuales y pautas para su evaluación. Buenos Aires: Paidós, 2006.
NOVAES, Regina. Notas sobre a invenção social de um singular sujeito de direitos. Juventude, juventudes. **Revista de Ciências Sociais**, n. 25, p. 10-20, jul. 2009.

NOVAES, Regina; VITAL, Christina. A juventude de hoje:(re) invenções da participação social. In: THOMPSON, Andrés (Org.). **Associando-se à juventude para construir o futuro**. São Paulo, p. 107-147, 2005.

OLIVEIRA, Francisco. “Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal”. In: **Os sentidos da democracia:** políticas do dissenso e hegemonia global. São Paulo: Vozes, p. 55-82, 1999.

PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude: alguns contributos. **Análise Social**, Lisboa, v. 25, n. 106, 1990.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil:** entre o povo e a nação. São Paulo: Editora Ática, 1990, 335 p.

PIZZORNO, Alessandro. Introducción al estudio de la participación política. In: PIZZORNO, Alessandro; KAPLAN, Marcos; CASTELLS, Manuel. **Participación y cambio social en la problemática contemporánea**, Buenos Aires: Siap Planteos, p. 13-82, 1975.

POGREBINSCH, Thamy, SANTOS, Fabiano. Participação como representação: o impacto das conferências nacionais de políticas públicas no Congresso Nacional. **Revista de Ciências Sociais**, v. 54, n. 3, 2011.

RENNÓ, Lúcio. Teoria da cultura política: vícios e virtudes. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, RJ, n. 45, p. 71-92. 1998.

RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. Participação política e juventude: mudanças no padrão de relacionamento entre os cidadãos e a política. **Em Debate**, Belo Horizonte, MG, v. 4, n. 8, p. 26-34, nov. 2012.

ROCHA, Carolina Carneiro. **O que restou da indignação? juventude e representações sociais de cidade ideal e conflitos urbanos após as manifestações de junho de 2013**. 2015. 152 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2015.

RODRIGUES, Alberto Tossi. Estudantes na política em tempos de mobilização e crise. **São Paulo em perspectiva:** Fundação SEADE. São Paulo: v7, n.1, p. 138-144, jan./mar. 1993.

SALES, Teresa. Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 25, p. 26-37. 1994.

SCHERER-WARREN, Ilse. Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política. **Caderno CRH**, v. 27, n. 71, p. 417-429, 2014.

SEBASTIÃO, Sônia Pedro; ELIAS, Ana Catarina. O ativismo like: as redes sociais e a mobilização de causas. **Soc. e Cult.**, Goiânia, vol. 15, nº. 1, pp, 61-70, jan./jun, 2012.

SILVA, Rafael Rocha Alves da. **Bolsonarismo, eleições e redes sociais: uma análise das estratégias discursivas dos deputados supervotados do PSL no Facebook**. 2020. 130 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Instituto de Cultura e Arte, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

SOUZA, Candida de; PAIVA, Ilana Lemos de. Faces da juventude brasileira: entre o ideal e o real. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 17, n. 3, p. 353-360, dez. 2012.

SOUZA, Regina Magalhães de. **O discurso do protagonismo juvenil**. 2006. 350 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

STREET, John. Review Article: Political Culture from Civic Culture to Mass Culture, **British Journal of Political Science**, n. 24, p. 95-114, 1993.

TATAGIBA, Luciana. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In: DAGNINO, Evelina. (Ed.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

TOMIZAKI, Kimi; DANILIAUSKAS, Marcelo. A pesquisa sobre educação, juventude e política: reflexões e perspectivas. **Proposições**, v. 29, n. 1, p. 214-238, jan./abr. 2018.

VELHO, Gilberto. Juventudes, projetos e trajetórias na sociedade contemporânea. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de. EUGENIO, Fernanda (Orgs). **Culturas Juvenis: novos mapas de afeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

WEISELFISZ, Júlio Jacobo. et al. **Juventude, violência e cidadania: os jovens de Brasília**. Brasília: Cortez, 1998.

APÊNDICES

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TÍTULO DA PESQUISA: SENTIDOS DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: UM ESTUDO SOBRE OS JOVENS DO MUNICÍPIO DE PALMÁCIA

RESPONSÁVEL: Wesley Gomes Pontes

Prezado(a),

Você está sendo convidado(a) a participar desta pesquisa, que tem como objetivo compreender o que pensam os jovens acerca da política e da participação política em seu município.

Esclarecemos que sua participação é voluntária, ou seja, você possui a liberdade de não querer participar, podendo assim desistir a qualquer momento, inclusive após ter iniciado o preenchimento do formulário.

Todas as informações que você nos disponibilizar serão utilizadas somente para esta pesquisa. Suas respostas e dados pessoais não serão identificados.

Caso necessite de orientação quanto ao preenchimento ou mesmo em relação aos objetivos desta pesquisa poderá entrar em contato a qualquer momento com o responsável, Wesley Gomes Pontes, através do telefone (85)99280-6565 ou e-mail contatowesleygomes@hotmail.com.

Caso você aceite participar da pesquisa, não receberá nenhuma compensação financeira.

Se você estiver de acordo em participar deverá preencher o campo de aceitação para seguir com o procedimento e assim responder às questões.

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO

1. Você concorda em participar dessa pesquisa? () sim () não
2. Qual sua data de nascimento? _____
3. Qual seu sexo? () feminino () masculino () prefiro não dizer
4. Qual sua escolaridade? () Ensino fundamental em andamento () Ensino fundamental concluído () Ensino médio em andamento () Ensino médio concluído () Ensino superior em andamento () Ensino superior concluído () Pós-graduação em andamento () Pós graduação concluída
5. Qual sua renda familiar? () Até 1 salário mínimo () Até 3 salários mínimos () De 4 a 6 salários mínimos () De 7 a 11 salários mínimos () Acima de 11 salários mínimos
6. Em qual região de Palmácia você reside? () Zona Urbana () Zona Rural
7. Qual sua cor? () branca () parda () preta () amarela () indígena
8. Selecione abaixo o grupo que você faz parte: () Escola de Artes Casulo () Grêmio Estudantil EEEP Giselda Teixeira () Grêmio Estudantil Maria Amélia Perdigão Sampaio () Movimento Eucarístico Jovem MEJ
9. Com qual frequência o grupo que você participa estimula reflexões a respeito do cenário político atual? () nunca () raramente () às vezes () frequentemente () sempre
10. Com qual frequência o grupo que você participa realiza alguma mobilização com objetivos voltados ao interesse comum dos participantes? () nunca () raramente () às vezes () frequentemente () sempre
11. Para você, o que é participar politicamente? () Acompanhar as decisões do poder público () filiar-se a um partido político () ir a audiências públicas, fóruns, conselhos gestores, participar da elaboração do orçamento participativo () Ir a manifestações públicas () votar
12. Você conhece alguma prática da prefeitura que visa incluir os jovens nos processos decisórios? () sim () não
13. Você acha que a prefeitura está aberta a ouvir as demandas/pautas/reivindicações da juventude? () sim () não
14. Você se considera um cidadão preocupado com as questões políticas do seu município? () sim () não
15. Você já participou de algum conselho municipal? () sim () não
16. Você participaria de algum conselho municipal? () sim () não
17. Você já participou de alguma audiência pública? () sim () não
18. Você participaria de alguma audiência pública? () sim () não
19. Você já participou da elaboração do orçamento público do seu município? () sim () não
20. Você participaria da elaboração do orçamento público do seu município? () sim () não
21. Você já participou de alguma manifestação política? () sim () não
22. Você participaria de alguma manifestação política? () sim () não
23. Você se filiaria algum partido político? () sim () não
24. Você já utilizou as redes sociais para manifestar sua indignação ou manifestar-se politicamente no que se refere as questões do seu município? () sim () não
25. Você acha que a internet pode auxiliar de alguma maneira a participação da juventude nos debates políticos? () sim () não

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. O que você entende por política?
2. Na sua opinião, há questões que sempre deveriam ser postas em debate com a população? Quais?
3. Você lembra de alguma coisa feita na cidade, que, em sua opinião, teria sido diferente se a população tivesse sido escutada? O que?
4. O que você entende por participação política da juventude?
5. Você segue perfis de políticos nas suas redes sociais? Se sim, quais?
6. Como você observa as redes sociais no que diz respeito às questões políticas?